



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO

Arthur Henrique Fernandes da Silva

TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN: Novas perspectivas a partir da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento PAC Cidades Históricas

Natal

2013

Arthur Henrique Fernandes da Silva

TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN: Novas perspectivas a partir da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento PAC Cidades Históricas

Trabalho de Conclusão de Curso representado à Coordenação do Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Dr.

Natal

2013

Catálogo da Publicação na Fonte.

UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Silva, Arthur Henrique Fernandes da.

Turismo cultural no município de Natal/RN: novas perspectivas a partir da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC cidades históricas/ Arthur Henrique Fernandes da Silva. - Natal, RN, 2013.
83f.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.
Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Turismo.

1. Turismo cultural - Natal/RN - Monografia. 2. Planejamento turístico - Monografia. 3. Cidades históricas – PAC - Monografia. I. Nóbrega, Wilker Ricardo de Mendonça. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48-6:7/8

Arthur Henrique Fernandes da Silva

TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN: Novas perspectivas a partir da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento PAC Cidades Históricas

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Natal, 25 de novembro de 2013.

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Dr. – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientador

Márcio Marreiro das Chagas, M.Sc. – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Banca Examinadora

Marcelo Chiarelli Milito, M.Sc. – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu pai, Daywes Fernandes da Silva, por sempre ter me apoiado nos meus estudos.

À minha mãe Maria das Graças Fernandes por sempre estar do meu lado me apoiando e torcendo por mim.

Como não poderia deixar de ser, dedico também à minha namorada Jéssika Siqueira de Oliveira por estar presente em todos os momentos importantes de minha vida pessoal e acadêmica.

AGRADECIMENTOS

São inúmeras as palavras que tenho a colocar, a grandes pessoas que estiveram comigo nessa batalha, não só no decorrer desta monografia, bem como em toda minha vida acadêmica.

A fé que eu tenho em Deus e em seu filho Jesus Cristo foi um reflexo da concretização deste Trabalho de Conclusão de Curso. Foi em nome de Jesus que estive dentro da UFRN e no curso de Turismo. Agradecer àqueles que realmente me amam, minha família, meus pais, minha linda namorada que tanto amo. A coisa mais bonita dessa vida foi ter visto a felicidade no olhar dos meus pais ao passar, em especial ao da minha mãe, ao insistir, ao persistir em minha passagem pela UFRN.

Aos colegas de faculdade, também devo agradecer bastante, pois foram inúmeros os momentos felizes e tristes que passamos juntos, entre trabalhos, artigos, provas e viagens. Amigos esses que vão ficar para o resto da vida.

A meu professor acadêmico Márcio Marreiro, por ter me apoiado ao longo de todos esses anos dentro da academia, e não foram poucos não é?!

Aos meus amigos que sempre me incentivaram com os estudos, que me acompanharam todos estes anos desde o ensino fundamental, passando pelo ensino médio e até agora no ensino superior. Meu grande amigo Washington Lima que foi meu professor de reforço na época da adolescência, juntamente com sua irmã Edilene Lima que também lecionou algumas matérias pra mim quando jovem.

Sou grato aos meus amigos que me enviaram suas monografias para que me baseasse. Aos que viviam “tirando onda” comigo, como meu “parça” Paulo Ricardo que é meu amigo desde os tempos de Contemporâneo e ingressou junto comigo na Universidade. Agradecer aos gestores públicos, da SETUR, da SEMURB e do Iphan que ocuparam um pouco do seu tempo para responder meus questionários, bem como agradecer também a meu amigo André Gurgel que é guia de turismo regional/nacional, e que também me auxiliou com a resolução do meu questionário.

O meu agradecimento mais que especial a meu orientador Wilker Nóbrega, que sem dúvidas foi o grande responsável por me mostrar o caminho para meu êxito neste TCC. Sua real orientação, seus conselhos, e por ter pegado em minha mão e mostrado os melhores caminhos para atingir meus objetivos neste TCC.

SILVA, Arthur Henrique Fernandes da. **TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN: Novas perspectivas a partir da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento PAC Cidades Históricas** 2013. Monografia (Graduação em Turismo). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal d Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

RESUMO

A presente monografia tem por finalidade analisar de que forma o PAC Cidades Históricas pode dinamizar o turismo na cidade de Natal e assim poder dar um novo rumo ao turismo cultural e histórico na capital potiguar. O presente estudo pretende assimilar o turismo histórico/cultural com a importância que ele tem, e também como uma possibilidade de soma para o nosso principal potencial que são as praias e as belezas naturais do nosso litoral. O objetivo geral deste trabalho é analisar as ações do PAC Cidades Históricas nos projetos contemplados na cidade do Natal, como possível dinamizador do turismo histórico/cultural. Levantar ações previstas no projeto PAC Cidades históricas para a cidade do Natal. Identificar principais entraves no processo de implantação do projeto PAC Cidades Históricas e identificar também as principais oportunidades para o desenvolvimento do turismo cultural, a partir da implantação do PAC Cidades Históricas. A metodologia do trabalho é baseada em uma abordagem qualitativa, com o tipo de estudo descritivo-exploratório, contando com entrevistas pré-estruturadas. A importância deste trabalho de conclusão de curso é de realmente dar a devida importância ao turismo cultural de Natal, bem como realizar um estudo aprofundado das ações do PAC Cidades Históricas no que tange também ao turismo histórico de nossa cidade. Espera-se que com a implantação deste programa, nossos pontos turísticos histórico-culturais possam ser usados como referências para os turistas e, principalmente, para que o povo potiguar conheça ainda mais sua identidade histórica.

Palavras-chave: PAC Cidades Históricas. Planejamento turístico. Natal/RN.

SILVA, Arthur Henrique Fernandes da. **PAC CIDADES HISTÓRICAS: Uma análise do Plano de Aceleração do Crescimento como dinamizador do turismo na cidade do Natal.** 2013. Monografia (Graduação em Turismo). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal d Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how the CAP Historical Cities can boost tourism in Natal and thus to give a new direction to the cultural and historical tourism in Natal capital. This study aims to assimilate the historical / cultural tourism with the importance that it has , and also as a possible sum for our main potential are the beaches and the natural beauty of our coastline . The general objective of this work is to analyze the actions of the CAP Historical Cities in the projects contemplated in the city of Natal as a possible facilitator of historical / cultural tourism . Raising actions foreseen in the project CAP Historical Cities for Christmas town . Identify major barriers to project implementation Historical Cities PAC process and identify key opportunities for the development of cultural tourism , since the implementation of the CAP Historical Cities . The methodology of the work is based on a qualitative approach , with the kind of study is exploratory , with pre - structured interviews . The importance of this work of completion is actually giving due importance to cultural tourism Christmas as well as perform a thorough study of the actions of the Historic Cities PAC which also pertains to the history of our city tour . It is expected that with the implementation of this program , our historical and cultural attractions can be used as references for tourists and especially for the RN even more people know their historical identity .

Key-words: PAC historic towns. Tourism planning. Natal/RN.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 Mapa de Natal em meados de 1690.....	36
FIGURA 02 Mapa de Natal em meados de 1790.....	36
FIGURA 03 Forte dos Reis Magos.....	57
FIGURA 04 Casarão do antigo Arquivo Diocesano de Natal.....	58
FIGURA 05 Teatro Alberto Maranhão.....	59
FIGURA 06 Grupo Escolar Augusto Severo.....	60
FIGURA 07 Secretaria Municipal de Tributação.....	61
FIGURA 08 Palácio Felipe Camarão (sede do governo municipal de Natal).....	62

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

QUADRO 01 Edifícios do bairro da Cidade Alta que possuem potencial turístico....	38
GRÁFICO 01 Confronto Turismo x Exportações (1950-2000).....	27
GRÁFICO 02 Confronto das Taxas Médias de Crescimento das Exportações Mundiais e Receitas do Turismo.....	28
GRÁFICO 03 Taxa Anual Média de Crescimento da Chegada de Turistas (1951-2000).....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.2 Problema.....	13
1.3 Justificativa.....	15
1.4 Objetivos.....	18
1.4.1 Objetivo Geral.....	18
1.4.2 Objetivos Específicos.....	18
1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	19
2 TURISMO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO.....	24
2.1 Desenvolvimento do turismo no Brasil.....	30
2.2 Turismo histórico e patrimônio histórico no Brasil e em Natal.....	32
3 PAC CIDADES HISTÓRICAS E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO E TURISMO.....	42
3.1 Inserção da cidade do Natal no PAC Cidades Históricas.....	57
3.2 Dados históricos, geográficos e sociais da cidade do Natal.....	49
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	55
4.1 Prédios históricos e objetos de intervenção do PAC.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES.....	66

1 INTRODUÇÃO

A história do setor de turismo encontra-se associada à própria história da humanidade. De acordo com Costa (2005), a evolução do turismo se mistura aos mais diversos meandros da história das civilizações, desde as mais remotas da Grécia antiga (com a construção de equipamentos de lazer, recreio e desporto, tais como circos, teatros e anfiteatros) ao período da romanização (saunas, corridas, arenas espetáculos, etc.). A oferta de equipamentos e infraestrutura da área do lazer e do recreio é observável noutros locais e momentos temporais ainda mais remotos, tais como no Crescente Fértil e antiga Babilônia (Jardins Suspensos) e na civilização dos Maias.

Em termos internacionais, a história contemporânea do turismo encontra-se, contudo, associada e consolidada em torno de um conjunto de três realidades que emergiram entre os séculos XVIII e XX, Costa (2005) elenca assim estes pontos:

- Realização do *Grand Tour* como uma das condições de formação de cavalheiros e admissão nas Cortes (século XVIII);
- A criação do primeiro pacote turístico (*package*), inventado por Thomas Cook no século XX (concretizado em 5 de Julho de 1841 com a realização da primeira viagem comercial de comboio para um grupo de 570 pessoas e que teve lugar em Leicester e Loughborough);
- O fenómeno do turismo de massas, que teve a sua origem na década de 1950 e grande desenvolvimento entre as décadas de 1960-1970 e que derivou do desenvolvimento da aviação comercial e da criação de operações *charter*.

Estas operações, rapidamente fez emergir uma indústria do turismo, sustentadas em grandes operadoras turísticas, ramificada em cadeias de agências de viagens, e em pólos de alojamento comercial junto a áreas de destino. Esta situação deu origem ao surgimento de importantes pólos e destinos turísticos, localizados ao longo de diversas áreas de turismo de massas da bacia do Mediterrâneo e algumas ilhas.

A história do turismo compreende três fases distintas de evolução. Numa primeira fase, mais remota, logo a partir do início do século XVIII, existia aquilo que podemos designar de livre direito de viajar, resultante da obrigatoriedade decretada pelos reis para que o povo, e quem tivessem condições para tal, albergasse e

alimentasse, a título gratuito, o rei e seu séquito, os grandes senhores, o exército, os presos e outros viajantes que se deslocassem pelo país (IFT, 2000). Conforme tal obra, esta situação só veio a ser alterada a partir dos séculos XIV e XV, com a institucionalização das hospedarias e com a concessão de direitos aos estalajadeiros que os protegessem e lhes permitissem obter benefícios com esta atividade.

Na origem de todas estas formas, nacionais e internacionais, de turismo, os elementos civilizacional e cultural encontram-se fortemente presentes e, mais do que isso, constituem-se como o, ou um dos principais, elementos de motivação para que as pessoas se desloquem para outros locais e, assim, para que exista turismo. No caso do *grand tour*, o fator de motivação do deslocamento encontrava-se relacionado com a necessidade do desenvolvimento de contatos com outros povos, civilizações e culturas para que, deste modo, o cavalheirismo pudesse ser atingido nas Cortes. No caso dos pacotes turísticos criados por Thomas Cook, a ideia central encontrava-se associada à necessidade de se aliviar o *stress* criado pelos modos de vida industrializados e de colocar as pessoas em ambientes rurais, onde se pretendia explorar as formas de vida originárias da sociedade britânica no quesito das áreas que lhe deram origem. De forma igualitária, as viagens realizadas em Portugal, e relatadas por diversos outros autores, também possuíam na sua base, um forte elemento cultural e civilizacional: tratava-se, em sua maioria, de deslocamento efetuado por elementos da corte, da aristocracia e, de uma maneira geral, das elites, de então como formação de auto recreação e de formação educacional e intelectual.

Mesmo com a fase do turismo de massa, que acontece após os anos 1950, os propósitos dos deslocamentos eram semelhantes. Aproveitando-se a vantagem de se procurar locais climaticamente mais agradáveis, os povos do Norte e Centro da Europa passaram a deslocar-se para aqueles que vieram a consagrar-se como o destino privilegiado do turismo de massa: o Mediterrâneo.

Uma vez mais, a necessidade de encontro e contato com outras civilizações, povos e estilos de vida esteve na origem do deslocamento para estes destinos de, principalmente, ingleses, alemães, franceses e holandeses (CHRISTALLER, 1963). Segundo Kadt (1979) constitui, igualmente, uma referência obrigatória neste

domínio, com uma extensão e qualidades notáveis, as complicadas interações e contatos sociais e civilizacionais criados pelo então, novo fenômeno do turismo.

De uma forma idêntica, nas formas de turismo da antiguidade o elemento cultural e civilizacional encontra-se bem atrelados. Na antiga Babilônia, o grande fator de motivação da deslocação das pessoas prendia-se com o contato com equipamentos urbanos (imponentes) então construídos. Na Grécia antiga, um dos fatores principais para o deslocamento de pessoas estava associado à necessidade de interação em áreas onde se tornasse possível a contemplação, introspecção e desenvolvimento intelectual. Neste padrão de grandes exemplos, apenas no caso da Roma antiga se pode encontrar algumas variações, embora não muito distantes destes fatores de motivação culturais e civilizacionais. De fato, os romanos possuíam um espírito pragmático, utilitário e, pode mesmo dizer-se, materialista da vida. Assim, a criação de equipamentos e infraestruturas de lazer possuía iguais ou ainda mais juntos, o objetivo de se melhorar o desempenho físico dos seus habitantes para que estes pudessem estar melhor preparados para as guerras e para o trabalho e poderem contribuir de uma forma mais efetiva para a expansão do império.

A presença de uma vertente sociocultural no turismo encontra-se igualmente testemunhada na forma como este fenômeno se encontra definido. Consta que até ao final do segundo quartel do século XX o turismo foi sempre e exclusivamente definido pelo lado da procura. Aliás, as definições avançadas por aqueles que se encontram entre os académicos mais importantes desta área do conhecimento assim o documentam. Mathieson e Wall (1982) definem turismo como sendo o movimento de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência habitual por períodos não inferiores a vinte e quatro horas, bem como os impactos que essas mesmas pessoas geram nas áreas-destino, com particular destaque para os impactos na cultura, no património e na sociedade. Murphy (1985) define turismo de uma forma semelhante, referindo que o cerne do estudo e da questão do turismo está na relação, e no impacto que se estabelece, entre os modelos sociais e civilizacionais dos turistas e das comunidades hospedeiras, e daí define a atividade do turismo como envolvendo três sistemas, sendo que dois destes, as áreas geradoras de turismo e as regiões em trânsito, existem exclusivamente para servirem de suporte àquilo que é o propósito do fenômeno: as regiões-destino.

Segundo este autor, a grande questão do turismo centra-se no estudo deste sistema receptor, onde pontificam os fatores de indução do turismo, a saber, os subsistemas sociais, culturais, patrimoniais, ambientais e políticos. Muitas outras definições de turismo poderiam ainda ser aqui enunciadas, produzidas por amplamente citados, e reconhecidos, académicos e cientistas da área (Cooper et al., 1998; Middleton, 1988; McIntosh e Goeldner, 1986; MacCannell, 1976).

Contudo, em todas estas definições, seria facilmente demonstrado que a definição de turismo encerra, invariavelmente, o estudo do movimento de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência e por períodos superiores a vinte e quatro horas, sendo que esta movimentação acontece tendo por base um conjunto de motivações centrais e que as mais importantes e significativas são as que dizem respeito a fatores sociais, culturais, patrimoniais, ambientais e económicos. Aliás, é tendo por base esta constatação que alguns autores reconhecidos na área argumentam que o estudo do turismo encerra, invariavelmente, o estudo dos seus impactos na cultura/patrimônio, ambiente e economia (Mathieson e Wall, 1982).

1.2 Problema

A relação existente entre cultura e turismo é visivelmente notada quando o turismo se apropria das manifestações culturais, da arte, dos artefatos da cultura. Por sua vez a cultura também se apropria do turismo no que diz respeito à formatação das expressões culturais para o desenvolvimento do turismo. Surge aí, então, um turismo especial voltado para a cultura.

“Turismo cultural é o acesso a esse patrimônio cultural, ou seja, à história, à cultura e ao modo de viver de uma comunidade. Sendo assim, o turismo cultural não busca somente lazer, repouso e boa vida. Caracteriza-se, também, pela motivação do turista em conhecer regiões onde o seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas” (MOLLETA, 1998, pg. 9-10).

O turismo cultural tem a função de estimular aos fatores culturais dentro de uma localidade e é um meio de fomentar recursos para atrair visitantes e incrementar o desenvolvimento económico da região turística, a qual tem características favoráveis a esse setor de turismo, sendo apoiado nos princípios do

desenvolvimento turístico sustentável. Podendo ser também uma estratégia de dominação, controle, folclorização, instrumentalização dos nativos para gerar lucro e prestígio para os agentes do turismo e os governantes. A cultura como atrativo turístico é considerada uma atividade econômica de importância global, que abarca elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

“É um dos fenômenos mais importantes dos últimos tempos, pois propicia o contato entre diferentes culturas, a experiência de diferentes situações, e passa por diferentes ambientes, e a observação de diferentes paisagens. Isto possibilita a globalização da cultura.” (SANTOS & ANTONINI, 2003, 101).

Assegurar às gerações futuras, o acesso a recursos do turismo cultural é um dever principalmente dos profissionais deste setor turístico.

De uma análise cuidada daquelas que constituem mais de uma dezena de quadros que servem para contabilizar o valor económico produzido pelas empresas e organizações associadas ao setor do turismo conclui-se, igualmente, que os correspondentes às atividades socioculturais, fazem parte integrante desta mesma contabilização.

O presente trabalho buscou responder os seguintes questionamentos, de que forma as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas pode servir como principal dinamizador do turismo em Natal? Como o turismo cultural da cidade pode ser alavancado e estruturado, com as obras de revitalização e estruturação que serão iniciadas? A população local e os turistas irão se fazer presentes dentro deste programa? Nessa linha de pensamentos, Batista (2005) afirma que o turismo cultural se relaciona intimamente com a vida cotidiana do destino turístico que se quer conhecer, pois há lugares que se especializam em recepção dos turistas e de certa forma industrializam, massificam as manifestações culturais, sendo um produto para eles e também para a população local que irá conhecer melhor sua identidade histórica.

De certa forma pode exercer uma função de modificação da cultura, interferindo no aspecto cultural e descaracterizando assim a própria manifestação que é espontânea. O turismo como fenômeno tem que ser implementado com muito cuidado pois deve procurar revalorizar o cotidiano da localidade e não inventar uma manifestação cultural para mostrar ao turista. O Turismo Cultural pode converter em

uma oportunidade para o desenvolvimento de correntes turísticas atraídas por motivações predominantemente culturais fortalecendo assim a própria cultura.

Neste sentido, a questão central que este estudo se propõe responder é: de que forma o Programa de Aceleração do Crescimento PAC Cidades Históricas, e suas ações, pode agir na cidade do Natal como possível dinamizador do turismo histórico/cultural?

1.3 Justificativa

Diante dos novos segmentos de mercado é preciso saber reconhecê-los e tirar proveito de um segmento tão inovador como o turismo histórico/cultural, que se bem explorado trará bons frutos. Segundo Weffor (2000), a cultura e a identidade histórica de uma sociedade são essenciais ao processo de desenvolvimento, na mesma medida em que a identidade é essencial à afirmação de um povo como unidade cultural, como unidade histórica e é de certa maneira um direito humano de todos os povos.

A análise introduzida nos pontos anteriores teve por objetivo demonstrar que, uma das questões centrais que se colocam a investigadores e aos representantes governamentais da área do turismo, é que a discussão que se tem gerado é a de se saber se a atividade do turismo se pode articular, e é compatível, com a promoção dos valores culturais e patrimoniais das regiões receptoras de fluxos de visitantes.

Registre-se que, a premissa de que os turistas de massas estão interessados maioritariamente em inatividade e no gozo do sol e praia, decorre de evidência empírica que se reporta ao desenvolvimento do turismo de massas durante as décadas de 50 a 70. Escrevendo sobre este período e sobre esta questão, Kadt (1979) afirma com suporte científico, que o turista de massas desta fase é caracterizado pela resposta de uma de suas características que, quando questionado sobre o seu grau de conhecimento sobre a história, cultura e património do local onde estava, respondia: “Sim, conheço bem o país onde estou, dado que já li tudo sobre este destino junto ao agente de viagens”.

Se, por um lado, é razoável produzir este tipo de afirmações para caracterizar o turista de massas deste período, não é aceitável afirmar o mesmo atualmente. O turismo e os turistas mudaram substancialmente em virtude de fatores endógenos e exógenos ao fenómeno: melhoria das condições de vida e da formação académica,

oferta de novos produtos que associam as atividades do lazer inativo (repouso) a ofertas de formação vária nas áreas do ambiente, cultura e patrimônio.

A presente pesquisa se justifica pela importância histórico/cultural da cidade do Natal e especificamente pelo mercado do turismo histórico/cultural que deve ser encarado com mais importância no cenário local. O centro histórico (englobando também outros pontos históricos como Forte dos Reis Magos, dentre outros), o corredor cultural de Natal (Cidade Alta e Ribeira) e suas características, são de mais valia para a capital potiguar. Possuem inúmeras possibilidades de transformação em um forte segmento turístico a ser explorada de forma sustentável e complementar a oferta turística existente. Podendo agregar valor e oferecendo oportunidades à população local e aos turistas de conhecerem mais a identidade da cidade, seu nascimento e evolução urbana, atrelados a uma nova perspectiva organizacional para a cidade. Uma cultura que busca espaço no cenário potiguar com artistas e bandas locais.

É importante ressaltar também a importância de ter um projeto como esse sendo implantado em Natal. O potencial do PAC Cidades Históricas, enquanto plano para revitalização e nova dimensão de metas para o aparelhamento urbano, fazem deste um novo dinamismo para o turismo histórico/cultural potiguar. A cidade no tocante a valorização de seus monumentos, ruas, praças e identidades históricas, carecem energicamente de uma devida importância, agregado a estes pontos, temos ainda um desinteresse acentuado dos próprios cidadãos que não buscam informações sobre sua história e não utilizam dos espaços urbanos para entender suas origens. O que ocorre nada mais é do que o não conhecimento da existência de programações voltadas à cultura e ao turismo histórico. A população carece de informações quanto a roteiros no centro histórico e também de sua utilização como ferramenta exploratória. O reconhecimento dos habitantes locais se faz necessário, para que a partir deste ponto, a cultura e a história local possam ser reveladas como atrativos turísticos para que outras pessoas tenham o interesse em conhecê-la. Natal carece em comprometer-se em conscientizar sua população da importância da preservação do patrimônio cultural material pertencente a todos. Fazendo com que se consolide a consciência da conservação de sua própria cultura.

Pires (2002), afirma que o Brasil ainda se encontra em estado crítico em relação ao patrimônio histórico/cultural passível de utilização turística, isto porque

um país com tantos recursos não faz uso da forma esperada e de acordo com os preceitos básicos para se ter um turismo histórico/cultural de forma sustentável. Pois apenas uma pequena parte destes recursos é utilizada de forma turística.

O PAC Cidades Históricas vem para incentivar o turismo histórico e cultural para a localidade realizadora do mesmo (Natal), além de ser uma ação grande que irá dinamizar o turismo dentro do espaço urbano de Natal.

Na atividade turística, o modismo está centrado no turismo cultural, mas vale à pena refletir de que formar este segmento deve ser administrado. A transformação da cultura em produto turístico tem que ser feita de forma a evitar os impactos negativos, evitando desta forma a descaracterização da mesma. O patrimônio histórico-cultural enriquece a atividade turística local como o diferencial procurado pelos visitantes. O turismo deve ser concebido de forma a preservar e reconfigurar os bens culturais, importantes para a memória, enquanto elementos do legado cultural de um povo, evitando os danos causados pelo turismo invasivo e sem planejamento, que pode ser irreversíveis, minando por completo a identidade cultural do povo receptor (MIRA, 2007. p.48-49). Esperamos que com os novos investimentos realizados pelo Governo Federal, em parceria com a Esfera Privada e também os Governos Estadual e Municipal, possam trazer uma nova tônica para Natal. Que possam agregar valor, realmente, aos projetos contemplados com o PAC Cidades Históricas afim de que se tenha uma nova ótica e muitos novos projetos para a utilização destes espaços recém-revitalizados. O PAC Cidades Históricas demonstra ser o ponto crucial para que a cidade ganhe mais um potencial turístico, somando ao seu já fator “sol e praia”.

Diante dos pontos expostos e de toda a contextualização do projeto, mais toda a análise que foi criada a partir das referências encontradas, elenco os seguintes pontos como o Objetivo Geral, e após este, os Objetivos Específicos para a busca dos resultados.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

- Analisar as ações do PAC Cidades Históricas nos projetos contemplados na cidade do Natal como dinamizador do turismo histórico/cultural.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Levantar ações previstas no projeto PAC Cidades Históricas para a cidade do Natal.
- Identificar principais entraves no processo de implantação do projeto PAC Cidades Históricas.
- Identificar as principais oportunidades para o desenvolvimento do turismo cultural, a partir da implantação do PAC Cidades Históricas.

1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo desenvolvido foi do tipo exploratório-descritivo, em que Severino (2007) defende a pesquisa exploratória como sendo aquela que procura somente levantar informações a respeito de um determinado objeto, delimitando, assim, um campo de trabalho. Esse tipo de pesquisa não requer elaboração de hipóteses a serem examinadas no trabalho, limitando-se a definir os objetos e buscar mais informações sobre determinado tema de estudo:

“Os estudos exploratórios têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias. Realiza descrições precisas da situação e quer descobrir relações existentes entre seus elementos componentes. Requer planejamento flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos e de um problema ou de uma situação. Recomendada quando há pouco conhecimento sobre o trabalho estudado”. (CERVO, 2007, p. 63).

De acordo com o pensamento de Marconi e Lakatos (2007), este trabalho pode ser explanado como descritivo, por mostrar características de determinada população ou de determinado fenômeno, abordando quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação dos fatos atuais, objetivando caracterizar o seu funcionamento no presente. De acordo com Gil (1996), a pesquisa descritiva visa examinar as características de um grupo e, neste caso, se propõe a levantar dados sobre a contribuição das práticas de ecoturismo e turismo pedagógico no movimento escoteiro para o desenvolvimento da formação moral do jovem.

Nesse contexto, o estudo apresenta uma abordagem analítica qualitativa, pois se exige uma maior observação e profundidade dos dados, não sendo restrito à estatística.

“A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p.58).

Dessa forma, pelo fato do estudo ter como foco a compreensão a respeito da importância das ações do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, Cidades Históricas como dinamizador do turismo em Natal, como base as implementações nos projetos aprovados.

A forma como ele se caracteriza e sua utilização para a atividade turística de Natal, gera um conflito, e isso é bastante complexo e profundo, não sendo a quantificação o caminho mais apropriado para que sejam alcançados os objetivos estipulados para essa investigação, visto que o estudo é baseado em valores, crenças e significados das relações, que não podem e nem devem ser restringidos à operacionalização de variáveis estatísticas.

De acordo com Vergara (2004), uma população é o conjunto de elementos que possuem as características que formam o objeto de estudo e, a amostra, segundo Silva e Menezes (2001), corresponde a uma parte da população ou do universo, selecionada de acordo com um plano ou regra.

Diante disso, a população-alvo deste estudo são os gestores do projeto e os atores responsáveis pela implementação do PAC, nos projetos aprovados e selecionados.

Já com relação à amostragem do estudo, há dois tipos de desenvolvimento que, segundo Vergara (2004, p. 50) consiste em:

“Probabilísticas, baseada em procedimentos estatísticos, e não probabilísticas. Na probabilística, cada elemento da população tem uma probabilidade determinada, o que permite conhecer o intervalo de confiança da amostra e sua margem de erro. Nas amostragens não probabilísticas, o pesquisador escolhe pessoas a serem entrevistadas”.

Nesse sentido, perante a finalidade de atender os objetivos deste estudo, foi realizada a amostragem não probabilística por conveniência, em que os sujeitos foram escolhidos segundo critérios estipulados pelo pesquisador. Os critérios estabelecidos para a escolha foram: fazer parte do cunho gestor do programa e também constituir a equipe que irá direcionar as ações do PAC, nos projetos contemplados com esta ação. Esses atores são considerados de relevância já que o direcionamento do programa e sua implementação são importantes para a totalidade final.

Tendo como enfoque metodológico uma pesquisa de caráter qualitativa, que tem como caracterização não empregar o fundamento estatístico para a resolução do problema, tanto em relação às hipóteses levantadas, quanto ao tipo de informantes com que se vai contata. Segundo RICHARSON (2008), a pesquisa qualitativa é uma tentativa de compreensão detalhada dos significados característicos situacionais apresentados pelos entrevistados, ao invés da produção de medidas quantitativas.

Lakatos e Marconi (2003) afirmam que, a metodologia científica significa a introdução ao mundo dos procedimentos sistemáticos e racionais, ingressando além da prática no mundo das ideias.

Foram levantados dados primários, bibliográficos e da internet, juntamente com os secundários onde vai conter mapas, gráficos e tabelas como também, feita uma entrevista com os principais envolvidos com o PAC Cidades Históricas. Todos os responsáveis pelos projetos aprovados, bem como aqueles que irão implantar as ações pela cidade e por fim os representantes dos órgãos envolvidos com todo o processo.

A análise dos dados coletados, foram realizados a partir de um roteiro de entrevista elaborado com perguntas a respeito do conteúdo estudado. Os entrevistados foram os principais atores envolvidos com o PAC Cidades Históricas, dentre eles os órgãos públicos como Prefeitura do Natal (SEMURB), IPHAN e SETUR, bem como algumas empresas que se utilizam Centro Histórico de Natal para fazerem os chamados *City Tour*, e assim explorarem o turismo na área. Foram elas algumas agências de turismo da capital.

Com relação aos órgãos públicos, foram feitos alguns questionamentos no tocante a parte operacional das ações desenvolvidas, tais quais serão de suma importância para a capital potiguar. Foram questionados pontos como:

- A avaliação da implantação das obras do PAC Cidades Históricas na cidade do Natal;
- Quais os prédios que serão contemplados com as ações do PAC Cidades Históricas;
- O cronograma das ações contempladas pelo PAC Cidades Históricas, vem sendo cumprido pelos órgãos responsáveis;

- Quais responsabilidades tem o órgão/empresa que o senhor representa no processo de planejamento ou apoio a implantação do PAC Cidades Históricas? E como esta entidade tem trabalhado nesse sentido;
- Natal pode avançar, como destino, para um Turismo Histórico/Cultural? Ou melhor, mediante as ações do PAC, como a cidade ficaria caracterizada? Desmistificaria a ideia de, somente, “Sol e Praia”;
- Quais as vantagens que Natal oferece para se implantar esse programa, o senhor acredita que a história e a cultura da cidade são pontos fortes a serem explorados;
- Quais as maiores barreiras e dificuldades encontradas no processo de planejamento, execução e implantação do PAC Cidades Históricas? Ou mesmo as barreiras que se identifica, na cidade, para tal;
- Quanto às parcerias realizadas para a implantação do PAC Cidades Históricas, entre instituições privadas e públicas, deveriam ser mais frequentes para alcançar os objetivos traçados;
- Pode haver outras parcerias entre poder público, iniciativa privada e terceiro setor, com a finalidade de revitalizações de prédios e monumentos históricos, como vem ocorrendo com o PAC Cidades Históricas;
- Quais as previsões e perspectivas de futuro para a cidade, após a implantação do PAC Cidades Históricas? A cidade poderá ampliar as opções de lazer tanto para seus habitantes quanto seus visitantes;

Baseados nestes pontos, as perguntas foram feitas de forma direta a cada entrevistado. Foram entrevistados três gestores responsáveis por três órgãos públicos que participaram da construção dos projetos a serem contemplados e também farão parte da implantação, e ordenamento do PAC Cidades Históricas em Natal.

Em seguida, serão apresentados os dados resultantes da pesquisa de campo realizada juntos aos representantes de cada órgão – público e privado – para uma análise de como está sendo gerido esta ação do Governo Federal. As entrevistas foram feitas com pessoas diretamente ligadas a este plano, e que darão a opinião

abalizada de como Natal pode usufruir positivamente, após as revitalizações nos projetos que foram selecionados.

Todas as informações fornecidas, a respeito dos prédios e dos outros pontos contemplados, foram coletadas durante a pesquisa de campo e durante a pesquisa bibliográfica em fontes secundárias que tratavam a respeito do objeto de estudo. Antes da apresentação dos dados, a seguir, destacam-se os principais projetos a serem desenvolvidos na cidade, destacando a localização e a importância histórica de cada um deles.

2 TURISMO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO

O turismo começa a se firmar como atividade propriamente econômica a partir da metade do século XIX, a partir dos trabalhos pioneiros de Thomas Cook e aos fomentos das atividades turísticas promovidas pelas ações empresariais de Cesar Ritz (hotelaria), Karl Bardecker (guias de turismo), George Pullman (turismo com transporte ferroviário), entre outros (RABAHY, 2003). Desde a antiguidade, movidos pela curiosidade, sentimentos religiosos, conquistas ou negócios, os povos realizavam longas viagens que ultrapassavam as distâncias mais longas. Por volta do século XVI, tornam-se mais numerosas as viagens realizadas para satisfação própria ou para instrução. No século XVII, em 1872, o senhor Saint Maurice lança o “Guia fiel dos estrangeiros em viagens pela França. Nota-se com esta afirmativa que o mundo da época começava a destacar a importância da atividade turística, mesmo esta sendo ainda precoce. Com o incentivo dos mentores no início deste capítulo, o empreendedorismo a cerca da atividade turística começa a ser impulsionado e a ganhar grande importância no mundo inteiro.

No século XVIII, conforme afirma Rabahy (2003), a expressão *Faire de Grandtur*, originária da França, passa para Inglaterra, significando viagens pelo continente feitas por uma elite de jovens ingleses para completarem sua formação. Estes jovens passam a ser chamados de turistas, que a partir daí irão classificar os indivíduos que viajavam por prazer. Nesta época, era muito restrito o número desses viajantes. As viagens eram sempre muito longas, demoradas e onerosas. Até o século XX, essa possibilidade de viajar para descansar, curar enfermidades, instruir-se ou ver algo novo era reservada às classes mais privilegiadas.

Rabahy (2003) ainda coloca que durante o século XX, são verificadas sensíveis transformações no campo social, econômico, político e tecnológico, que afetam o desenvolvimento da atividade turística.

Inicialmente no campo social, destaca-se a modernização das leis trabalhistas, que passam a reconhecer o direito às férias remuneradas, a todos os trabalhadores. No econômico, obtêm-se ganhos de produtividade, com aumento e melhor distribuição da renda. Na política, verifica-se uma maior interdependência nas economias dos países e no comércio internacional. Por fim, no campo tecnológico, o seu avanço a par do desenvolvimento econômico, provocou também

efeitos diretos no turismo. Sua modernização nos sistemas de transportes e no setor da construção civil foram marcos importante para todo o desenvolvimento.

O desenvolvimento do transporte ferroviário, inicialmente, e do rodoviário, com a expansão da produção automobilística, facilitou o acesso de um maior contingente de pessoas à atividade turística. O acesso ao consumo deste tipo de bens e serviços é ampliado ainda mais pelo progresso tecnológico no transporte aéreo, encurtando distancias e poupando tempo dos passageiros para ser consumido na viagem turística, e pelo seu barateamento, propiciado por esse progresso tecnológico e por medidas institucionais e de racionalização.

“O crescimento do setor se verifica, com mais intensidade, a partir de meados do século XX, com o desenvolvimento e a consolidação desses aspectos salientados, e graças, especialmente, a dois fatores principais: a maior disponibilidade de tempo para o lazer e o aumento e a melhor distribuição de renda da população”. RABAHY (2003).

A maior quantidade de tempo livre para o lazer está associada ao progresso econômico, e conforme o autor destaca, isto é decorrente do avanço tecnológico e da melhoria da qualidade dos recursos humanos.

Dados da OMT (2002) – Organização Mundial do Turismo, o tempo de lazer semanal evoluiu de 64 horas, nas décadas de 1940/50, para 77 horas, em 1970/80, sendo projetada uma disponibilidade de 85 horas, em média, para o século XX. Toda esta estimativa corresponde a cerca de 50% do uso do tempo semanal. Ainda segundo a organização, esse ganho de tempo para o lazer se deu em substituição às horas dedicadas ao trabalho, que passaram de 48 horas, na década de 1940/50, para cerca de 35 horas, nas décadas de 1970/80, enquanto o tempo destinado ao repouso e às outras atividades essenciais permanece constante e estimado em 56 horas semanais.

Os avanços tecnológicos e a melhoria da qualidade dos recursos humanos refletem-se no aumento da produtividade da mão de obra, liberando horas de trabalho, que propiciam o ganho de tempo livre para o lazer.

Com esse significado e as perspectivas de sua evolução justificam-se o crescente interesse pelos resultados de estudos dessa atividade, os quais possibilitam a avaliação, em bases mais sustentadas, seus efeitos nas condições

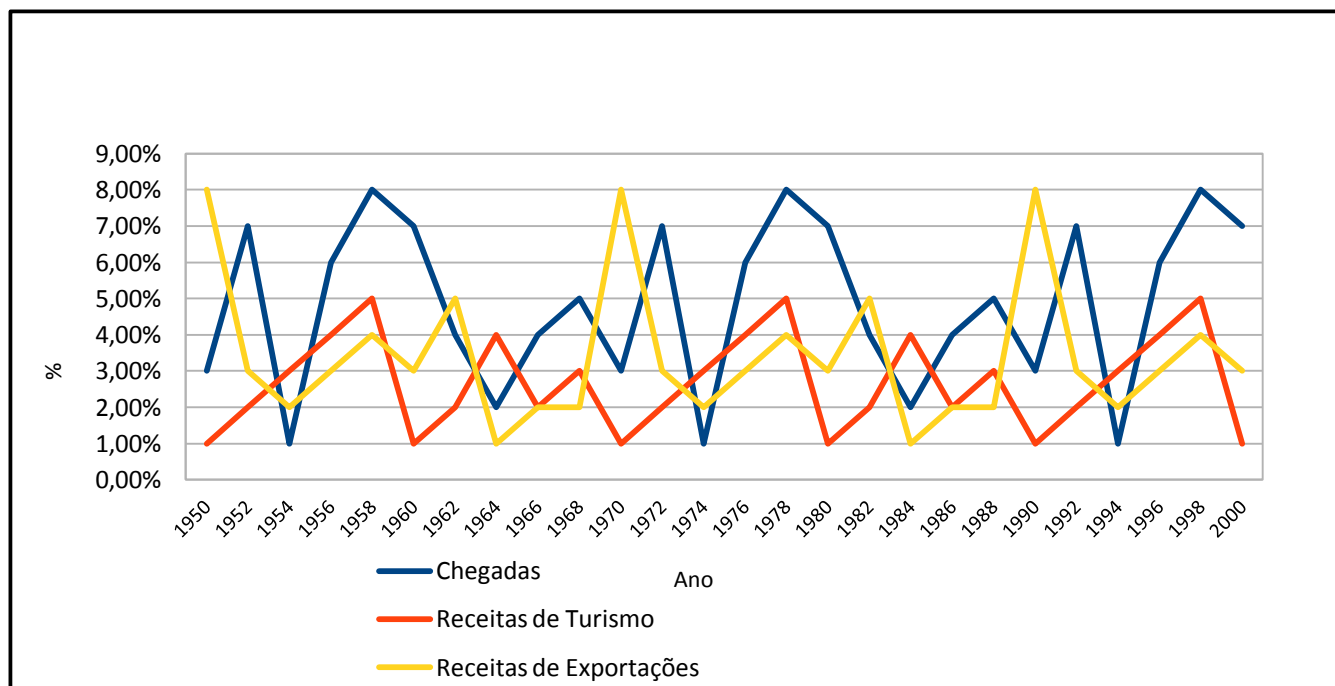
sociais do indivíduo. Permitem ainda a formulação de modelos de previsão, elementos básicos para um adequado sistema de planejamento, bem como para a definição de alguns indicadores de interrelação com outros setores. Os investimentos no turismo e as implicações sociais dessa atividade são significativos e não podem prescindir de informações e análises consistentes para que se avaliem adequadamente seus riscos e resultados.

A evolução dos acontecimentos econômicos e sociais no mundo moderno transformou o turismo em uma atividade bastante promissora e com possibilidades de se expandir a taxas permanentes crescentes, desde que a economia mundial retomasse os níveis observados até a década de 1970, taxas da ordem de 5% ao ano. Ainda de acordo com o autor, vem-se observando uma desaceleração nas taxas de crescimento nas economias mundiais, situando-se no patamar dos 8%, nos últimos anos. Na última década – período compreendido entre os anos de 2001 e 2010 - nota-se, primeiro, um declínio em seu início (taxas médias anuais de 2%), quase retomando, em sua segunda metade, as taxas históricas recentes de 3% (OMT, 2011).

O desempenho do setor turístico está intimamente relacionado ao comportamento da renda distribuída entre os que são usuários da atividade, turistas e população local do destino, bem como o da disponibilidade de tempo livre e outras facilidades propiciadas pelo progresso tecnológico, até mesmo dos meios de transporte, encurtando as distâncias, o que acarreta em última análise uma maior liberação do tempo para o lazer. O turismo coloca-se entre os cinco principais itens geradores de receitas de divisas na economia do mundo. Mesmo a partir das crises econômicas (1994, 1997, 1999, 2011 e 2008), o turismo mundial vem registrando taxas de crescimento de receita da ordem de 8% ao ano. Dados da Organização Mundial do Turismo (2010) asseguram a manutenção de sua participação no total das exportações (oscila, no período, em torno de 7,5%).

O Gráfico 1.1 descreve a evolução do turismo internacional, em números de chegadas e em valores arrecadados, em confronto com as receitas totais de exportações mundiais, nos anos de 1950 a 2000.

Gráfico 1.1 – Confronto Turismo x Exportações (1950-2000)



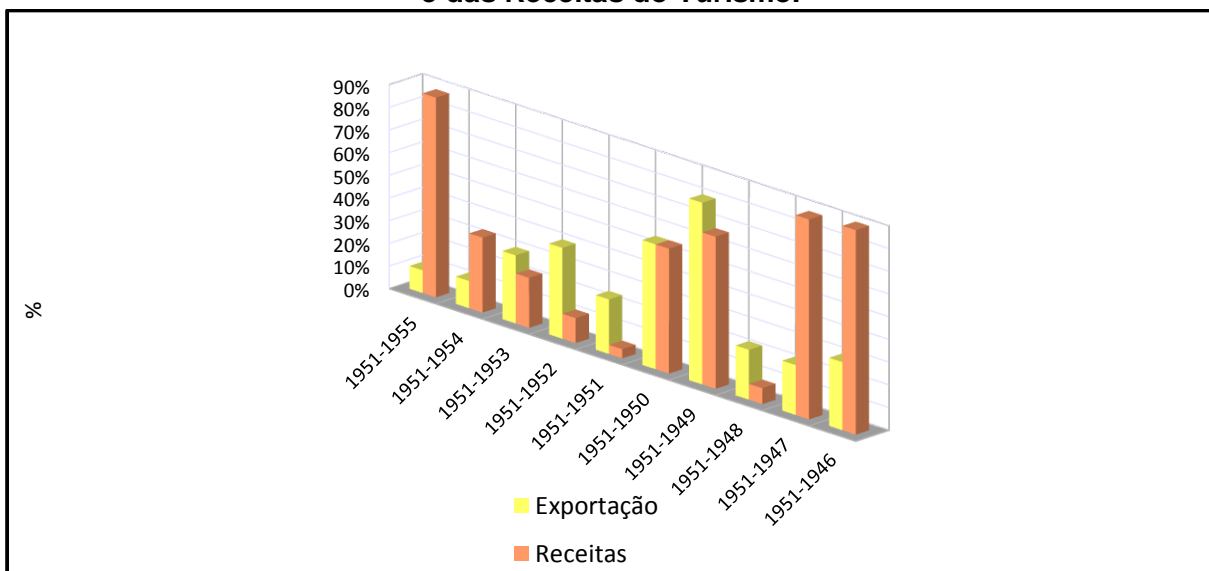
Fonte dos dados brutos: Organização Mundial do Turismo 2001.

Na maior parte dos anos desse período, as receitas do turismo superam as das exportações, acumulando uma diferença de quase 30% nos anos de 1960 a 2000.

Assim, enquanto as receitas das exportações crescem a uma taxa geométrica média de 10,6% ao ano, as receitas do turismo registram taxas de 11,2% ao ano, superiores, portanto, em 0,58% ao ano.

Convém salientar que os desempenhos, tanto das exportações como as do turismo, não são regulares ao longo de todo o período. Acontecimentos sociais, políticos e econômicos afetam o desempenho das atividades econômicas, assim como as turísticas. Rabahy (2003) diz que se for neste sentido, com vistas à análise de possíveis fatores intervenientes nos seus resultados, foram calculadas as taxas médias de crescimento das exportações e do turismo, para cada quinquênio do período em observação, conforme ilustra o gráfico 1.2.

Gráfico 1.2 – Confronto das Taxas Médias de Crescimento das Exportações Mundiais e das Receitas do Turismo.



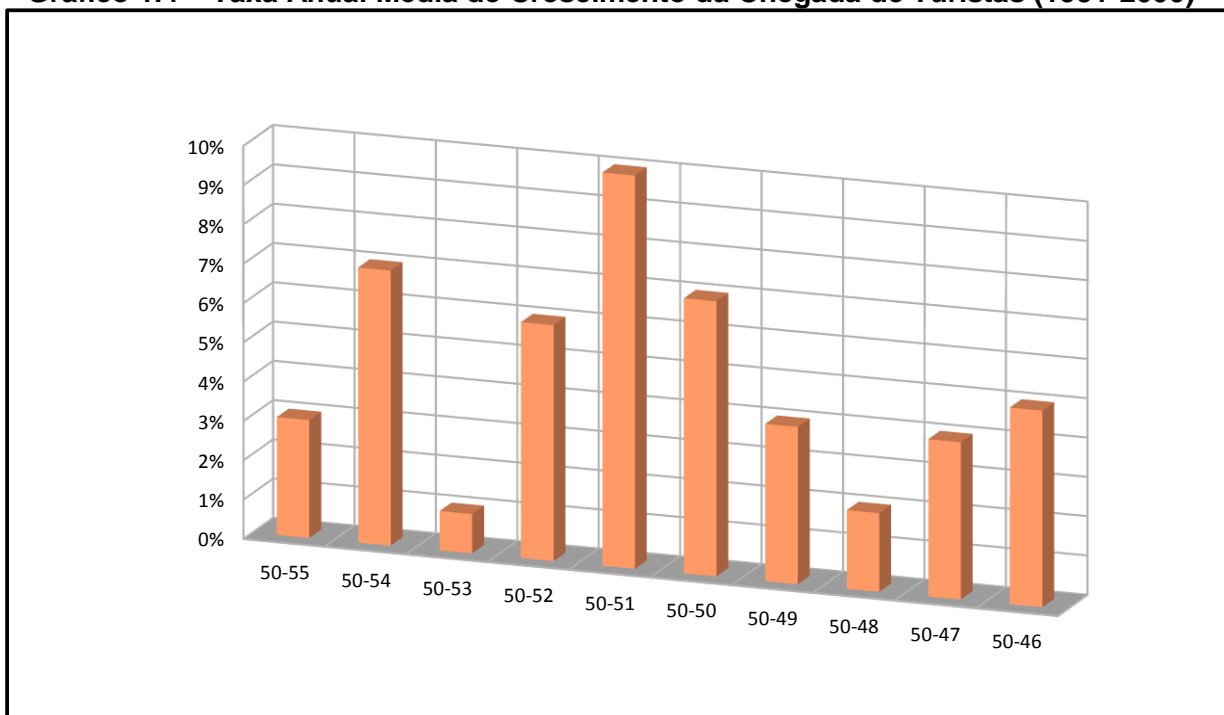
Fonte dos dados brutos: Organização Mundial do Turismo 2001.

Os dados revelam que as taxas de crescimento destes dois segmentos, entre 1950 e 1970, situam-se em um patamar entre 8 e 12%, enquanto que, nos anos 70 a 80, elevam-se para os níveis de 18 a 20%. Já, no período 1981 a 85, despencam aos níveis de 0 a 2%, retomando, na segunda metade da década de 1980 o patamar de 15%, na média, declinando, novamente, em ritmo decrescente a partir da década de 1990.

Merece ser destacado que, em quase todos os quinquênios deste período em análise, as taxas de crescimento do turismo superam as das exportações, exceto em 1966/70; 1971/75; e em 1996/00.

A elevação de patamar verificada nas taxas de crescimento das receitas de exportações e do turismo na década de 70 se deve primeiramente à aceleração das taxas mundiais de inflação, que, medidas para países industrializados, passou de 4% em 1965/1970, para 8 e 10% ao ano, respectivamente, em 1970 a 75 e 1975 a 80. Esta explicação, segundo Rabahy 2003, vê-se confirmada pela evolução das chegadas de turistas no mundo (Gráfico 1.4).

Gráfico 1.4 – Taxa Anual Média de Crescimento da Chegada de Turistas (1951-2000)



Fonte dos dados brutos: Organização Mundial do Turismo 2001.

Nota-se que as taxas de crescimento das chegadas em 1971/75 reduz-se de 8 para 6% ao ano, em relação ao período imediatamente anterior, e para 5% em 1976/80. Estes resultados revelam ter havido uma redução do fluxo turístico no mundo.

2.1 Desenvolvimento do turismo no Brasil

O turismo brasileiro atravessa sua segunda fase de expansão. Seu estopim se inicia nos primeiros anos da década de 70, em plena ditadura militar, quando tecnoburocratas decidiram organizar o turismo nacional como uma das panaceias para resolver os problemas do país (PANOSSO NETO, 2009). Conforme o autor coloca, podemos ver que o poderio militar, registrado no governo ditatorial, investia-se pesado na atividade para que a população viajasse mais e esquecesse o grande revés que estava vivendo. Com hotelaria forte, cursos superiores e técnicos de Turismo, marketings agressivos (como na Copa de 70).

Apesar do esforço concentrado, a primeira fase do turismo brasileiro fracassou, como cita PANOSSO NETTO (2008, pág. 50) abaixo:

“Dois problemas concomitantes afetaram a área. O primeiro foi estrutural, causado pela série de desastres econômicos oriundos da crise do petróleo e do aumento das dívidas brasileiras que provocaram inflação e recessão e comprometeram o desenvolvimento nacional, inclusive do setor turístico; o segundo foi conjuntural, pois os planejadores não se importaram com a preservação ambiental, com padrões internacionais de qualidade e formação intensiva de profissionais qualificados em todos os níveis, afetando a operação e a gestão dos serviços turísticos.”

Conforme a citação acima, vimos que não houve por parte dos governantes nenhum tipo de planejamento sólido que garantisse um bom plano de governo. Fomos atingidos pela crise famosa à época, denominada de “Crise do Petróleo” que inflacionou o mercado mundial e desestabilizou vários países, e junto a esta crise está também o aumento considerável da dívida externa brasileira. O governo militar contraiu vários empréstimos ao longo de seu mandato, fazendo com o que o país crescesse em larga escala como um dos grandes devedores mundiais. Conforme Trigo (2009) afirma, a injeção de recursos, ao contrário, trouxe vários prejuízos já que não se pensou em uma forma positiva de qualificação de mão de obra e bons cursos para profissionais ingressarem no mercado. Segundo o autor a gestão foi amplamente afetada porque também não se obteve uma preocupação socioambiental, algo voltado especialmente para a preservação, tendo em vista que a atividade turística consome muito o meio ambiente.

Da segunda metade da década de 1970 até metade da década de 1990, várias crises econômicas cíclicas marcaram a história do país, e o turismo ficou praticamente estagnado. O turismo interno cresceu em proporções mais significativas; porém, até meados de 1995, foi assinalado pelo amadorismo e pela improvisação, que marcava toda a cadeia produtiva – do planejamento à implementação da gestão e operação turística.

Segundo TRIGO (2009), a partir de 1996, investimentos nacionais e estrangeiros foram captados em hotéis, parques temáticos e projetos ligados a entretenimento; a privatização das telecomunicações e de várias rodovias proporcionou melhorias na infraestrutura; houve o crescimento da formação profissional em todos os níveis (básico, médio e superior); novos cursos, como Hotelaria, Gastronomia e Lazer somaram-se aos cursos de turismo como formadores de profissionais qualificados; vários estados, municípios, empresas privadas e Organizações Não Governamentais(ONGs) compreenderam a importância do fenômeno turístico como um possível fator de desenvolvimento e inclusão social.

O destaque para a criação do Ministério do Turismo e sua contribuição para novas políticas que incluíam a problemática social, é um dos pontos abordados por Panosso Netto (2009):

“Os planos nacionais de turismo – PNT – 2003 a 2007, e 2007 a 2010, consideram a realidade de políticas voltadas para a problemática social e também estão ligados a investimentos na infraestrutura, financiamento de projetos públicos e particulares. A nova gestão da EMBRATUR, trabalhou na imagem do Brasil no exterior por meio do plano aquarela e traçou estratégias de sucesso para atrair eventos e viagens de negócios. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo. Foi um processo natural e demonstra o avanço da importância da temática do turismo no país”.

Planejamento e projetos são essenciais para viabilizar políticas públicas em qualquer área, inclusive em turismo. Embora haja vários estudos sobre o papel dos Estados nacionais no desenvolvimento do turismo, verifica-se na bibliografia um reduzido número de estudos sobre o papel dos mesmos. No Brasil, essa questão se repetiu, pois até meados da década de 1990 o país não tinha ainda estabelecido

uma política nacional clara para o turismo, fator que não favorecia uma ação coordenada e direta dos estados.

2.2 Turismo histórico e patrimônio histórico no Brasil e em Natal

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Mtur em 2009, onde eram investigados os hábitos de consumo dos turistas brasileiros, em relação ao principal motivo da escolha do destino turístico, conhecer a cultura e a população local aparece em terceiro lugar, com 13,2% do total dos entrevistados. Os dois primeiros lugares apontam para a busca por belezas naturais/natureza e praias, que totalizam 55,1% dos pesquisados. Este dado revela que se sobressai o número de turistas em busca de contato com a natureza, mas começa a ganhar espaço o interesse pelas questões culturais. Como Natal trata-se de um destino prioritariamente de sol e mar, agregar a questão cultural a essa oferta turística é uma possibilidade interessante para atrair um número maior de visitantes, assim como aumentar seu tempo de permanência no destino.

Nesse contexto, da oferta do patrimônio cultural, é que surgem os bairros da Ribeira e Cidade Alta como objeto desse estudo. De acordo com Cascudo (1999), os primeiros bairros de Natal foram a Cidade Alta e a Ribeira, os quais presenciaram os primórdios da província, e deram início a um lento processo de povoação. Ainda hoje, vários prédios e monumentos da época são mantidos e alguns preservados, sendo testemunhos erguidos da história do povo natalense, a qual poderia ser contada também aos turistas que visitam a localidade e têm interesse em conhecer mais profundamente a cultura do local e da sua população.

Do ponto de vista da sociedade local, essa interação com o turista e a atividade turística é importante nos aspectos social e econômico, pois haverá contato da população com culturas distintas, e com a circulação de um número maior de pessoas no local, acarretará também na maior circulação de divisas.

O sentido de patrimônio está relacionado com propriedade, herança paterna, dos que viveram antes e deixaram o seu legado e a sua história registrada em edificações para as futuras gerações. O patrimônio pode ser dividido em material e imaterial (ABREU; CHAGAS, 2009).

O imaterial é composto pelas manifestações culturais, danças, aspectos culturais intangíveis como um todo, enquanto o material são os edifícios,

monumentos, pinturas, dentre outros. Conservar essas construções é um meio de preservar e sempre lembrar fatos, acontecimentos históricos e do próprio desenvolvimento da cidade, construindo assim uma memória e criando um vínculo entre passado e o presente, por meio de afeição e de afetividade, tentando assim estabelecer uma relação e um sentimento de pertencimento do morador a sua cultura local (ABREU; CHAGAS, 2009).

Todavia, o patrimônio, por si só, não dá conta de remontar e contar a história de uma cidade e de uma população. Segundo Martins (2006, p.39):

“O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provem do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos.”

A partir dessa afirmação, pode-se perceber que o patrimônio por si só não caracteriza uma identidade, e sim os símbolos, os significados, a relação entre a história e os aspectos que englobam esse legado com a comunidade local que preserva essa memória. Esse conjunto de valores monta um cenário singular da história e do legado local, imprimindo assim a singularidade e a peculiaridade do lugar, formando sua identidade e exaltando sua importância para a sociedade. Com a valorização do patrimônio por parte do turismo, ele poderá ser mais notado e a sociedade local pode começar a enxergar os monumentos como parte integrante do seu passado e da sua história.

A globalização e a rotina diária, algo que mescla a grande rede de informações contidas hoje na atualidade e a vivência diária da população e seu cotidiano nas cidades, vêm trazendo grandes mudanças à sociedade. Com a intensificação desses processos, estimulou-se nos homens o interesse em conhecer mais sobre sua história e seu passado. Dessa forma, essa questão abriu portas para o conhecimento de novas culturas e o compartilhamento de experiências entre elas (DIAS, 2006).

Cada vez mais, as pessoas buscam acesso às informações, inclusive nos seus momentos de lazer, quando também praticam turismo. Durante as viagens o

hábito de conhecer a história e o patrimônio das cidades que visitadas pode ser uma “válvula de escape” para a quebra de paradigmas, junto as demais vertentes da atividade turística.

Essa interação é a premissa básica para o segmento do turismo cultural, no qual o visitante entra em contato com os costumes, os hábitos, a história e tudo que está relacionado à população autóctone. Geralmente, as atividades que envolvem o patrimônio incluem visitas que também são realizadas nos centros históricos, o que pode acarretar efeitos positivos e negativos. Pode-se apontar um prédio antigo que possui um fluxo de turistas, o qual dificilmente será derrubado ou vendido. Ademais, será preservado e se possível, será restaurado e adequado para atender às necessidades e interesses dos visitantes (BARRETTO, 2000). Essa preservação contribui não somente para conservar os patrimônios culturais, mas também para manter viva a história e as raízes culturais da cidade, para que a população possa se identificar com esses aspectos e criar sua própria identidade cultural.

A partir disso, pode-se perceber que a história e a identidade de um povo são essenciais para a vivência do mesmo. Desta forma, é importante para uma localidade turística que ela possua espaços capazes de apresentar a sua própria história, e demonstrar através de seus patrimônios um pouco da população local.

Se o turismo histórico for bem planejado e trabalhado, seus efeitos podem ser maximizados. Haverá a valorização do patrimônio cultural, onde a comunidade irá encará-lo como parte da sua história, e isso fortalecerá sua identidade cultural e o seu sentimento de pertença. Além disso, aumentará a circulação de pessoas de culturas distintas e este fato proporcionará o compartilhamento de informações e o desenvolvimento intelectual delas, de forma que esse aumento possibilite a melhoria ou a construção de novos estabelecimentos comerciais. Esses, por sua vez, poderão gerar uma renda para comerciantes locais. Outros fatores ainda podem ser trabalhados, e podem até modificar o estilo de vida e melhorar a qualidade de vida da população local (DIAS, 2006).

Cidades históricas brasileiras, como é o caso de Ouro Preto e Salvador, por exemplo, investem na preservação de seu patrimônio, assim como na divulgação de roteiros de visitação aos centros históricos da cidade, o que atrai um número significativo de turistas interessados em conhecer a história do lugar e também de sua população local. Segundo Martins (2006), o que mais interessa e desperta a

atenção do turista em seus momentos de viagem são os aspectos peculiares de cada destino, assim como o modo de vida da sociedade local como um todo. Dessa forma, percebe-se que um dos fatores de diferenciação entre um lugar e outro é a sua história, suas raízes, e como isso se apresenta em cada localidade.

O Centro Histórico de Natal possui vários edifícios e um patrimônio histórico que remete à importantes acontecimentos na cidade, concentrados nos bairros da Cidade Alta e da Ribeira, por serem os primeiros bairros da cidade.

As primeiras movimentações e construções arquitetônicas que ainda permanecem preservadas surgiram na Cidade Alta. Algumas não são originais, mas ainda assim sua estrutura possui grande valor histórico para a cultura potiguar. O traçado urbano da cidade continua ainda em sua maioria com suas conjunturas iniciais, e apesar do tempo e do desenvolvimento urbano, a configuração das ruas e dos quarteirões ainda continua com as mesmas características da época da construção da cidade (MELO; SILVA FILHO 2007).

O acervo é formado por várias edificações de diversos estilos arquitetônicos construídos em distintas épocas da história. De maneira geral, algumas edificações são do período colonial, no qual apesar de alguns terem sido destruídos com o passar do tempo, ainda existem exemplares da época, de forma que retratam o início da colonização e do povoamento da cidade.

Durante o século XVII, os bairros da Cidade Alta e da Ribeira constituíam os limites da cidade, que contava com poucos moradores e também tinha como única edificação a igreja matriz. Nessa época, a cidade pouco se desenvolveu (Figura 1).

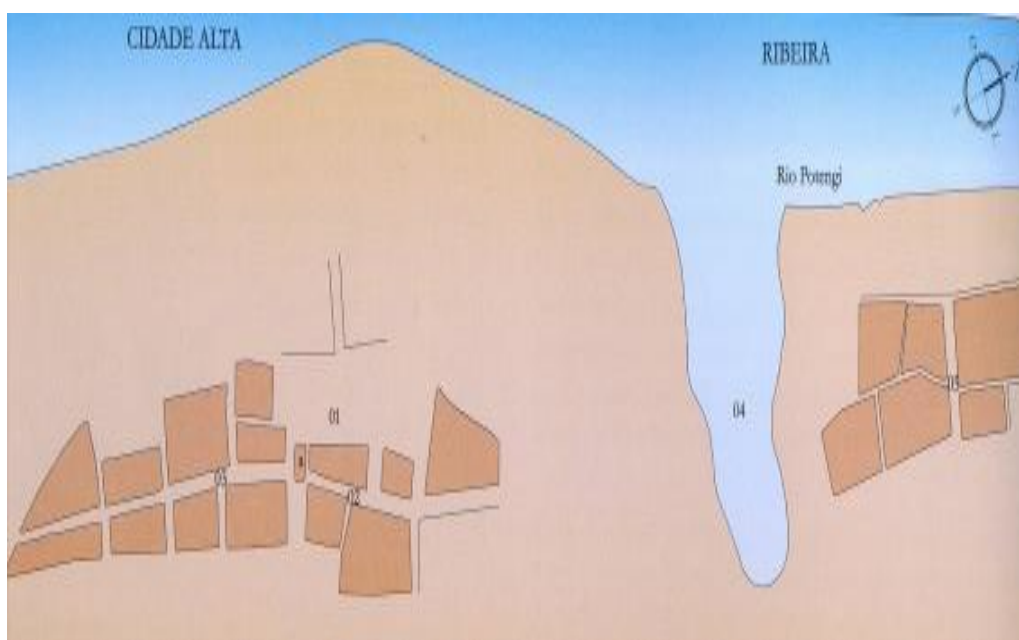


Figura 1: Mapa de Natal por volta de 1690 (imagem constituída após pesquisa documental).
Fonte: Mendes (2007).

Já no final do século XVIII, nota-se um desenvolvimento considerável na cidade em relação ao século anterior, no qual se vê mais ruas e mais construções pelos dois bairros, inclusive uma ponte interligando ambos (Figura 2).

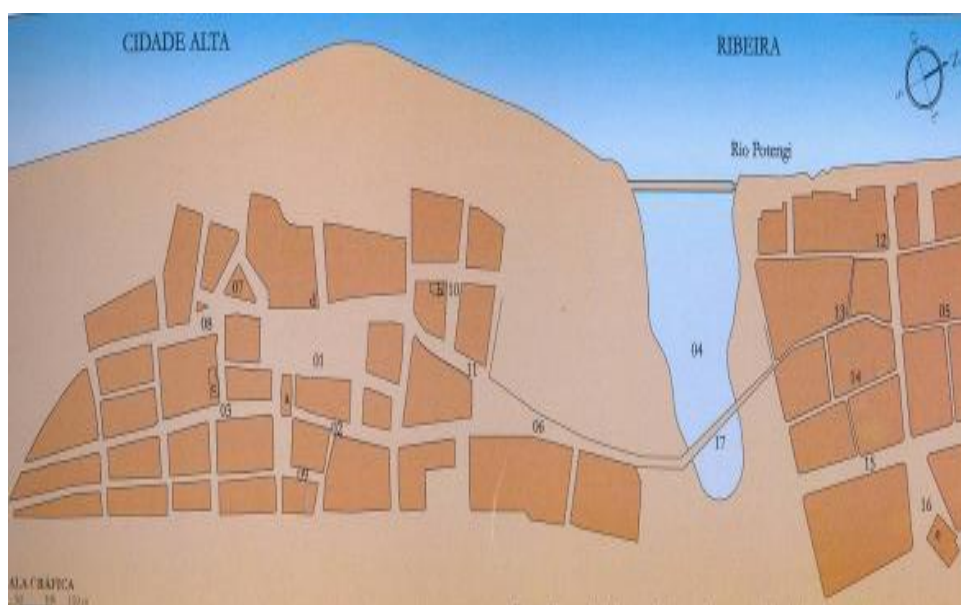


Figura 2: Mapa de Natal por volta de 1790 (imagem constituída após pesquisa documental).
Fonte: Mendes (2007).

Não somente o número de edificações cresceu, mas a dinâmica social e o comércio ficaram mais intensos. Mas apesar disso, Natal ainda não se configurava como uma grande cidade e crescia a curtos passos, conforme aponta a descrição de Natal, por Henry Koster (1978, pag. 110):

“As construções foram feitas numa elevação a pequena distância do rio, formando a cidade propriamente dita porque contém a Igreja Matriz. Consiste numa praça cercada de residências, tendo apenas o pavimento térreo, as igrejas que são três, o palácio, a câmara e a prisão. Três ruas desembocam nesta quadra, mas elas não possuem senão algumas casas de lado. A cidade não é calçada em parte alguma e anda-se sobre uma areia solta, o que obrigou alguns habitantes a fazerem calçadas de tijolos ante suas moradas. Esse lugar contará seiscentos ou setecentos habitantes. [...] A tarde, saímos passeando para ver a cidade baixa. É situada nas margens do rio e as casas ocupam as ribas meridionais e não há, entre elas e o rio, senão a largura da rua. Essa parte pode conter 200 a 300 moradores e aí residem os negociantes do Rio Grande”. (KOSTER, 1978, o.110).

Como é possível verificar, o primeiro trecho trata do bairro da Cidade Alta, cuja infraestrutura ainda continuava sem grandes avanços e sem grande desenvolvimento das construções. O segundo trecho descreve o bairro da Ribeira, que concentrava a parte comercial de Natal, até então pouco desenvolvida. Somente no final do século XVIII e início do século XIX que realmente há mudanças e avanços na cidade, com a sua urbanização e modernização de sua infraestrutura.

Em um contexto mais abrangente, o estilo neoclássico toma conta do Brasil por volta do século XIX, através da influência dos franceses. Sua principal característica no país foi seu elemento ideológico que significava progresso e civilização.

Natal incluiu-se nesse contexto. Várias edificações importantes para a história potiguar representam as características desse estilo e exaltam a sutileza e a beleza de seus traços, no qual se encontram em boa conservação (MELO; SILVA FILHO, 2007).

Os Quadros 1 e 2 apresentam alguns dos edifícios que se destacam nos bairros em estudo, apontando suas principais características e questões acerca do

seu potencial e também a contribuição para atividades futuras, acerca do turismo histórico que pode ser desenvolvido:

Quadro 1: Objetos que possuem potencial turístico, citados pelo PAC Cidades Históricas.

Edifício	Descrição	Acessibilidade	Atividades ofertadas
Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão	Construído para ser o terminal rodoviário em 1963. Foi restaurado e abriga o Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão	Possui uma escadaria em sua entrada	Exposição de obras, objetos e quadros que remetem à cultura popular do RN
Teatro Alberto Maranhão	Concluído no início do século XX, passou por várias reformas. O estilo eclético está presente em sua arquitetura.	Possui rampas de acesso em sua entrada	Apresentações teatrais e musicais
Grande Hotel	Foi o primeiro grande hotel da cidade, construído na década de 1930. Hospedou várias personalidades, incluindo grande artistas e militares durante a Segunda Guerra Mundial	Possui uma escadaria em sua entrada	No local, funcionam varas do juizado cível
Casa da Ribeira	Construído na primeira década do século XX, já foi hospedaria, oficina de navios, padaria e loja de material de construção. Atualmente é um espaço cultura, com teatro, café e sala de exposições	Possui rampa em sua entrada, porém, alguns locais internos possui apenas uma escadaria como acesso	Apresentações teatrais e musicais, sala de exposição e biblioteca com livros de arte e literatura em geral
Beco da Quarentena	Uma pequena via que era frequentada por prostitutas e marinheiros com doenças. A polícia utilizava o beco para acuar os baderneiros.	Calçamento em paralelepípedo, de difícil acesso para cadeirantes	Espaço público
Antigo Palácio do Governo	Construído no século XIX, foi uma das sedes do Governo. Abrigou também um dos bares mais famosos da Ribeira. Foi restaurado e atualmente é sede da Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão	Possui uma escadaria em sua entrada	Aulas de dança
Rua Chile	Rua mais antiga da Ribeira, abriga vários comércios e armazéns, além de várias fachadas preservadas. Possui vários bares e casas	Calçamento em paralelepípedo	Espaço público, mensalmente ocorre apresentações culturais durante o

	Noturnas		evento "Circuito Cultural da Ribeira"
--	----------	--	---------------------------------------

Edifício	Descrição	Acessibilidade	Atividades ofertadas
Igreja do Galo	Terceiro templo religioso da cidade. De estilo barroco, possui um galo em sua torre lateral como um de seus principais traços. Engloba o convento de Santo Antônio e o Museu de Arte Sacra	Possui rampa na calçada, porém a entrada da igreja não possui.	Missa, exposição de obras e objetos no Museu de Arte Sacra e visita ao Convento de Santo Antônio
Memorial Câmara Cascudo	Construído no final do século XIX para abrigar a Sede da Fazenda. Hoje, homenageia o folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo, e guarda grande acervo de seu trabalho	Possui rampa na calçada, porém a entrada não disponibiliza rampa	Exposição de objetos ligados ao folclore e à cultura popular, além de objetos pessoais e homenagens a Câmara Cascudo
Igreja de Nossa Senhora da Apresentação	Conhecida como antiga catedral. Primeiro templo religioso construído na cidade, a edificação atual foi construída em cima da antiga capelinha que havia ali, havendo ainda ruínas da mesma dentro da igreja	Possui rampa na calçada, porém a entrada da igreja não possui	Missa e visita guiada no período vespertino
Praça André de Albuquerque	Marco de início do desenvolvimento da cidade. Ao seu redor foi construída a igreja matriz e as construções mais importantes da época, como Casa de Câmara e Cadeia e Tesouraria da Fazenda. Algumas dessas construções continuam preservadas	Possui rampas na calçada	Espaço público de lazer da cidade, com atividades culturais que acontecem esporadicamente
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Segundo templo religioso construído em Natal. Foi construída para que os negros assistissem a missa separados dos brancos	Possui vários degraus em sua entrada	Missa, incluindo uma missa rezada em latim uma vez por semana, nos domingos pela manhã
Palácio Felipe Camarão	Prédio com predominância arquitetônica do estilo eclético, foi inaugurado	Possui vários degraus em sua entrada	Aberto ao público para visita do edifício

	em 1922 e abriga e é a sede do Governo Municipal de Natal		em horário comercial
Palácio Potengi	Construído em meados de 1873, predomina o estilo neoclássico. Sempre teve utilidade pública, funcionando como Tesouraria Provincial, Repartição do Correio, Câmara Municipal, Júri. Hoje é a Pinacoteca do Estado	Possui rampa na calçada, porém a entrada principal não possui	Exposição de quadros e apresentações culturais
Capitania das Artes	Concluído no final do século XIX, abrigou a Capitania dos Portos até a década de 1970, ficando posteriormente abandonado. Apenas a fachada é restaurada	Possui um degrau na sua entrada principal, porém, o acesso ao prédio contém uma rampa	Galeria de arte e apresentações Culturais
Solar Bela Vista	Construído no início do século XX para ser a residência de um rico coronel. Foi Tribunal de Justiça e um luxuoso hotel. Funciona como Centro de Cultura e Lazer do Sesi	Possui vários degraus em sua entrada	Apresentações culturais
Instituto Ludovicus	Moradia do potiguar mais ilustre, o jornalista, escritor e folclorista Câmara Cascudo. Criado em sua homenagem, abriga suas obras e seus objetos pessoais	Possui vários degraus em sua entrada	Exposição de objetos e obras de Câmara Cascudo

Fonte: IPHAN (2013).

A partir do século XIX, Natal realmente inicia seu desenvolvimento urbano e a cidade começa a crescer e a construir cada vez mais edifícios. Na ocasião, o estilo predominante dessas construções foi o ecletismo, de forma que o mesmo não possui traços ou características próprias, ele agrega propriedades de outros estilos distintos e os mistura de modo a ressaltar o melhor de cada um.

Outras técnicas são retratadas nos patrimônios do centro histórico, mas esses são os principais e mais recorrentes, e ajudam a remontar a história e a memória da comunidade local e estabelecer uma ligação entre os acontecimentos do passado e a identificação dos potiguares com o seu legado (MELO; SILVA FILHO, 2007).

Todo o potencial e também a arquitetura apresentada nos prédios e aparelhos turísticos da cidade, evidenciam um grande potencial a ser explorado. Projetos a serem desenvolvidos para melhorar ainda mais a história e cultura de Natal, são pontos a serem destacados no quesito “Turismo Histórico/Cultural”. A desmistificação do destino, como sendo somente “Sol e Praia” passa por essas ações que estão sendo desenvolvidas pelo Governo Federal, que contempla várias cidades no Brasil, principalmente aquelas que ainda possuem uma vertente tradicional da cultura e dos costumes históricos de seu povo. Com a implementação desse projeto chamado Programa de Aceleração do Crescimento, PAC Cidades Históricas, a capital potiguar irá ganhar uma sobrevida no sentido de explorar ainda mais seu produto turístico existente na parte mais tradicional da cidade. Natal terá uma revitalização não só em seus aparelhos urbanos, mas também será um marco importante para a valorização da história e cultura do povo natalense.

3 PAC CIDADES HISTÓRICAS E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO E TURISMO.

O Plano de Ação para Cidades Históricas, lançado oficialmente em Brasília/DF no dia 20 de agosto de 2013, é um instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial (IPHAN, 2013). Na ocasião, estiveram presentes representantes das superintendências do Iphan em todos os Estados, bem como prefeitos e secretários municipais interessados na proposta que visa integrar de forma articulada as três esferas de poder. O planejamento das ações foi realizado para se estender entre os anos de 2010 a 2013.

O grande diferencial do Plano de Ação consiste em enfatizar o patrimônio cultural como eixo estruturante das demais políticas públicas municipais, sem, contudo se restringir ao perímetro protegido ou ao conjunto de bens tombados. A questão está em enfrentar as questões estruturantes das cidades por meio de um planejamento integrado que estabeleça ações para o desenvolvimento social vinculada às potencialidades do seu patrimônio cultural (Mtur, 2013).

A atuação do Plano de Ação abarca a definição de espaço territorial como base da organização dos processos sócio-econômicos das atividades humanas, e que sofre modificações tanto pelos diferentes agentes quanto por seu próprio dinamismo interior. Além disso, deve refletir um pacto de comum acordo entre os entes federativos, o setor privado e a sociedade civil organizada.

Nesse sentido, percebe-se o grau de inovação contido nessa nova perspectiva de se debruçar sobre as questões em torno da preservação cultural. Há um grande esforço por parte do órgão gestor, o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural -, de estabelecer uma relação horizontal com aqueles que estão localizados “nas pontas” do processo, os municípios. Analisando tal perspectiva de forma micro, o resultado final – contando que o planejamento seja implementado de forma concreta –, tende a ser presente e correto com a realidade de cada município.

Deixa de ser um conjunto de ações universais e definidas previamente, criadas pelo órgão federal, a rigor, verticalizadas, para dar lugar a novos formatos de planejamentos participativo e integrado, conforme Santos (2001):

“Por longos anos, o IPHAN se revestiu de uma postura autoritária e distante com relação àqueles que estavam no final da cadeia, no caso, os municípios e a população residente nos sítios históricos. No quadro atual, surge uma nova forma de operacionalizar a gestão da preservação do patrimônio cultural como um instrumento de planejamento para as demais políticas sócio-territoriais. Nota-se que, até então, as políticas de preservação do patrimônio cultural eram relegadas em segundo plano frente às demais políticas de cunho estruturantes e pensadas de forma desarticulada da política de planejamento urbano.”

Com o PAC Cidades Históricas, o desafio é justamente articular essas duas políticas, que eram antagônicas, tornando-as convergentes ao propor, dentro de um sistema integrado de planejamento, uma parceria horizontal em que não há hierarquia quanto à natureza do patrimônio cultural. O bem imaterial dialoga com o bem material no mesmo contexto, respeitando as diferentes realidades sócio-territoriais e culturais de cada município.

Nesse sentido, de acordo com Sant’Ana (2007), o patrimônio é constituído a partir de valores e sentidos que são atribuídos aos bens culturais que especialmente se selecionam em meio a todos esses que estão aí no mundo para reconhecimento especial.

De acordo com o IPHAN, o plano foi pensado, desde a sua concepção, como uma ação conjunta, cujo processo de implantação das ideias vem sendo construído conjuntamente pelo IPHAN, Estados e Municípios, ou seja, mobilizando os agentes responsáveis pelas três esferas de poderes. Para isso, o programa está sedimentado em três linhas de ação, sobre as quais foram planejadas as demandas de cada município. São elas: “Produção de Conhecimento e Gestão da informação, Planejamento e Gestão, e Dinamização e Valorização do Patrimônio Cultural” (IPHAN, 2013). Dentro dessas diretrizes estão contempladas ações que visam dar conta da preservação do patrimônio cultural existente no município, sempre estabelecendo relações com o fortalecimento da identidade local, da cidadania e da promoção da qualidade de vida dos indivíduos.

O Plano de Ação estabeleceu responsabilidades para cada ente envolvido:

- As Superintendências Regionais serão responsáveis por coordenar a elaboração do plano, fornecer apoio às atividades de capacitação, difusão e participação da sociedade;

- IPHAN, estados e municípios deverão designar equipe técnica para participar diretamente dos trabalhos de desenvolvimento dos planos de ação e garantir a integração intersetorial entre órgãos da administração pública pertinentes;
- Os municípios deverão, com o apoio necessário, zelar pela realização de todas as etapas;

Nesse momento, o objetivo é dar redação final ao Plano de Ação, garantir sua publicidade, firmar o acordo entre os agentes locais responsáveis pela implantação e firmar parcerias com outros entes para viabilizar as ações e garantir os instrumentos para a ação integrada entre os agentes, visando à execução das ações propostas e a gestão compartilhada. Cada um dos produtos mencionados acima foi realizado pelos municípios e contou com a participação da sociedade civil local.

O PAC Cidades Históricas é o primeiro programa de preservação que atuará de modo amplo no território urbano, abordando o patrimônio das cidades como algo intrínseco à dinâmica urbana, inclusive, de sua articulação ao fomento das cadeias produtivas locais em especial, àquelas vinculadas a atividades econômicas tradicionais.

Nesse contexto, o patrimônio histórico surge como eixo indutor e estruturante com objetivo de contribuir para o ordenamento urbano e para reverter o subaproveitamento do potencial econômico e simbólico desse patrimônio. Esse programa representa um desafio ao propor a integração das ações de preservação do patrimônio com estratégias de desenvolvimento local.

O Programa vem consolidar a partir de um Plano de Ação pautado no planejamento estratégico integrado, envolvendo o IPHAN, os Estados, os Municípios e a sociedade civil organizada, o projeto de descentralização, tendo como eixo estruturante a preservação do patrimônio cultural. Percebemos que, ao longo da trajetória do instituto, algumas iniciativas foram pensadas nesse sentido, mas nenhuma tão audaciosa, no sentido de envolver e definir funções para cada um dos níveis de governo, no caso do atual PAC.

A tentativa de se criar um projeto parecido com esse, segundo Fonseca (2005, p. 143) se deu em 1973, a pedido do ministro da Educação e Cultura, e com a participação dos Ministérios do Planejamento, do Interior, da Indústria e Comércio

e do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), que passou a funcionar com recursos da SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Governo Federal). Nesse contexto, Fonseca menciona ainda que o programa teve outra conotação, veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN.

O objetivo de trazer tal informação é justamente para fazer um contraponto e mostrar que a questão da descentralização nas ações de preservação cultural do IPHAN é assunto que já vinha sendo discutido, porém, nenhuma até o momento havia sido tão estruturada quanto o PAC Cidades Históricas. Inclusive, podemos observar que algumas das parcerias interministeriais de outrora são resgatadas, ampliadas e somadas às parcerias com empresas privadas e a mobilização da sociedade.

Além da injeção de recursos financeiros, o modelo pensado nas décadas de 1970 e 1980 permitiu que os órgãos estaduais de preservação histórica pudessem se estruturar e criar suas próprias legislações de proteção. O que na realidade foram iniciativas cruciais, destacadas pelo autor, que abriram caminhos para o início do processo de descentralização.

Atualmente, com o PAC Cidades Históricas, o IPHAN trouxe à tona não somente a discussão da descentralização, mas também outros elementos e novos conceitos desafiadores.

Sem dúvidas, o PAC Cidades Históricas se beneficia, de todas essas experiências, mas possui um traço essencial: avança e inova com relação às políticas anteriores basicamente por dois fatores. Em primeiro lugar, o novo programa caracteriza-se por constituir-se de uma política transversal que dialoga e conta com a ajuda de várias organizações, como já foram citadas anteriormente.

Por último, e muito significativo, é um programa que não se restringe apenas aos municípios que possuem centros históricos tombados ou em processo de tombamento. Na realidade, o programa está aberto a todas as cidades que possuem patrimônio protegido e que formulem Planos de Ação consistentes para enfrentar os problemas estruturais que afetam suas histórias, para a promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do seu patrimônio cultural.

Do total de municípios da federação que cumpriram os prazos e elaboraram seus planos de metas, 77 (setenta e sete) destes apresentaram ações de

preservação patrimonial condizentes com as linhas de atuação do DPI (Identificação, Registro e Salvaguarda). A sistematização dos dados, além de sinalizar para grande participação e do interesse dos municípios pelo programa, permitiu também que Iphan planeje suas ações, de modo a levar em consideração a necessidade contextual de cada localidade.

De acordo com o IPHAN (2013), no município de Natal serão contempladas 10 ações sendo investido um total de R\$ 43.048.000,00 (quarenta e três milhões e quarenta e oito mil reais) para recuperação, restauro e qualificação de edificações e praças do centro histórico. Os recursos serão liberados mediante a aprovação dos projetos e conforme a execução das obras. Entre os parceiros do IPHAN estão: o Governo do Estado do RN, a Prefeitura Municipal do Natal, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Caixa Econômica Federal.

As ações contempladas são:

1. Restauração do Forte dos Reis Magos (executor: IPHAN);
2. Restauração do Palácio Felipe Camarão, sede da prefeitura (executor: Prefeitura Municipal do Natal);
3. Requalificação das Praças do Centro Histórico (executor: Governo do Estado do RN);
4. Restauração do Casarão do Arquivo Arquidiocesano (executor: IPHAN);
5. Restauração do Casarão da Escola de Danças do Teatro Alberto Maranhão (executor: Governo do Estado do RN);
6. Restauração do Antigo Grupo Escolar Augusto Severo – Núcleo de extensão da UFRN (executor: UFRN);
7. Reabilitação do Antigo Hotel Central – habilitação de interesse social (executor: Prefeitura Municipal do Natal);
8. Restauração do Antigo Armazém Real da Capitania – Casa do Patrimônio (executor: IPHAN);
9. Restauração do edifício da SEMUT (executor: UFRN);
10. Restauração do Teatro Alberto Maranhão (executor: Governo do Estado do RN);

Essas obras irão revitalizar a cidade e tornar mais evidente sua cultura histórica em potencial. Novos roteiros turísticos poderão ser explorados a partir

destes pontos. Não é a toa que os gestores e atores principais do PAC Cidades Históricas, veem com muito bons olhos todo o planejamento a ser feito.

O PAC Cidades Históricas tem uma característica inédita, nada foi realizado na cidade com tanta magnitude e sendo relacionado com obras importantes para o centro histórico da cidade. O valor de R\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais) exemplifica a importância que tudo que gira em torno do planejamento representa. A avaliação mais que positiva também aparece quando as parcerias público-privada surtem efeito, como é neste caso. Governo Federal, Governo Estadual e Prefeitura, trabalhando em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Caixa Econômica Federal são importantes aliados não só para esta grandiosa obra, mas também para futuras parcerias com o mesmo objetivos. Outros pontos da cidade também poderão ser contemplados com projetos de revitalização.

3.1 Inserção da cidade do Natal no PAC Cidades Históricas.

A inclusão de Natal entre as cidades aptas ao financiamento do PAC – Cidades Históricas aponta um novo tempo, quanto à preservação do Patrimônio Cultural. Primeiro destacamos a articulação de diversos órgãos: SEMURB, IPHAN, UFRN, SECTUR. Em pouco mais de um mês, esses órgãos capitaneados pela Prefeitura Municipal do Natal, com o envolvimento do prefeito, apresentaram um conjunto de projetos de intervenção no perímetro histórico, delimitado pelo IPHAN. Projetos que uma vez aprovados valorizaram nosso Patrimônio, hoje, muitos deles ameaçados pelo tempo e por uma visão economicista contrária a Preservação do Centro Histórico.

Natal, Cidade do Sol, vem ao longo do tempo se transformado num dos grandes destinos turístico, atraindo visitantes estrangeiros e de outras regiões do Brasil. Esta vocação alicerçada, principalmente, nos binômios praia e sol, floresceu com a construção da Via Costeira e o fortalecimento de uma considerável rede hoteleira. A aprovação das ações tem um grande significado, pois Natal desde 2012 tem seu Centro Histórico reconhecido pelo IPHAN, faz importante, então, dar visibilidade a uma Natal “escondida”, para alguns, num conjunto arquitetônico/cultural, construído ao longo do tempo, por isso testemunha da evolução urbana da cidade de Câmara Cascudo. Avancemos na construção de uma

atividade turística, agregando, os “Lugares de Memória” ao já consolidado, “turismo de praia”.

Esta construção de uma nova mentalidade de política turística, não acontece de forma fácil, sem visões contrárias. É fundamental desenvolver políticas de Educação Patrimonial voltadas para a população em geral e para os operadores do turismo. Neste item da educação patrimonial, ressaltam-se algumas ações desenvolvidas no âmbito da Prefeitura Municipal do Natal, através da SEMURB, são: O Circuito Histórico Cidade Alta/Ribeira e Alecrim, bairros Históricos, elaboração de Cartilhas, Livros e a organização de um Portal, dedicados a essa temática, ação que consistem na valorização do Patrimônio Histórico. Aproveitemos a realização da Copa do Mundo, utilizando o jargão do “legado da copa”, para fazer de Natal não apenas um roteiro de sol e praia, e, sim um roteiro de Sol, mar e Patrimônio Cultural. A cidade de Djalma Maranhão -, o grande prefeito dos folguedos populares, possui um rico Patrimônio Cultural, seus becos e travessas, suas edificações centenárias, suas comidas típicas, suas danças, sua gente –, pulsa raízes dos diversos povos formadores do seu povo. Aqui encontramos sinais da presença europeia, africana e indígena. Valorizemos nossas tradições.

O PAC Cidades Históricas aponta um rumo, demonstra ser possível desenvolver a cidade, sem descaracterizar o Centro Histórico. Resultado positivo, do PAC Cidades Históricas, já materializou quando se intensifica o diálogo entre o IPHAN, a Prefeitura, o Governo Estadual e a UFRN, sobre a construção de uma política de Preservação do Patrimônio Cultural.

A partir destes dados e características, podemos levar em conta toda a importância histórica da cidade. A evolução da cidade, quanto à sua sociedade e sua constituição urbana, são de mais-valia para que possamos entender a importância de um projeto como esse ser implementado na cidade. Através dos relatos de expansão da cidade, a partir das margens do Rio Potengi, até sua expansão como cidade de fato, contemplam a formação da chamada “Cidade Alta” que seria o primeiro bairro aristocrata e de concentração social da cidade. Por sua vez o bairro da Ribeira também tinha importância para a cidade, pois era onde começou a se concentrar a grande massa populacional da cidade, formada por pescadores e trabalhadores sustentados pelo comércio do Rio Potengi. A percepção da sociedade natalense através dos tempos pode nos mostrar como Natal será

caracterizada e passa a ter uma organização urbana favorável a projeção de grandes projetos de evolução sócio-urbana.

3.2 Dados históricos, geográficos e sociais da cidade do Natal.

A cidade do Natal foi fundada em 25 de Dezembro de 1599 pelos conquistadores europeus, data essa que deu origem ao nome da cidade. Seu crescimento urbano ocorreu em volta do forte dos Reis Magos, com a formação de um pequeno povoamento que mais tarde se tornaria a Vila de Natal (SEMURB, 2007). Tal vila permanece durante algum tempo com seus eixos delimitadores estagnados, não havendo mudança significativa em seu tamanho físico. Além disso, a cidade continua a crescer sem planejamento ou algum instrumento de ordenamento urbano.

“Os primeiros esboços de planejamento urbano datam do início do século XX com o governo Pedro Velho (1892-1896), o qual via na região que hoje é conhecida como Petrópolis e Tirol, uma Cidade Nova, pronta a ser edificada e planejada”. (SEMURB, 2007, p. 17)

Tal plano ficou conhecido posteriormente como Plano Polidrelli, sendo equiparado com o Plano Diretor que é o responsável pela gestão do crescimento e reprodução do município. Com o crescimento econômico e turístico da cidade, esta ferramenta tem se tornado imprescindível para a preservação do meio ambiente e a eficácia do ordenamento da cidade.

O planejamento urbano, no qual se insere o Plano Polidrelli e até mais recentemente os planos diretores da cidade, é o responsável por pensar as relações sócio-espaciais da cidade. Com um caráter indicador, ele é responsável por mostrar as ações prioritárias às quais a administração realizará. Os interesses e os objetivos locais têm que estar em consonância com o regional e nacional. Tem que ser determinados objetivos que atendam tanto os anseios setoriais quanto aos da comunidade em geral. Ou seja, lida com os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço.

Natal começa a ter seus limites pensados nessa época de transição, até o final do século XIX e início do século XX, com o então governador Pedro Velho. Este período é caracterizado, segundo Medeiros (2009), por uma grande euforia

paisagística de cultura e modernização, a qual já havia atingido grande maioria das capitais brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro. Tomando ideal de construir novos limites urbanos para a cidade, Pedro Velho começa a idealizar um terceiro bairro ao município, somando-se aos já existentes, Cidade Alta e Ribeira, o qual ficaria conhecido como Cidade Nova e teria seus limites na atual área leste da cidade, que contemporaneamente é representada pela área nobre compreendida por Tirol e Petrópolis, consideradas “áreas livres” naquele momento histórico.

“Entretanto, desde o planejamento até a criação de tal bairro, houve pessoas que se pronunciaram contra, afirmando que a mesma obra geraria desconforto as populações pobres, que teriam de se deslocar pra que se desse continuidade à obra. De fato, alguns anos mais tarde, quando ao início da obra, as pessoas residentes do bairro tiveram de se deslocar para áreas mais periféricas, localizadas na costa potiguar, formando favelas nos bairros de Praia do Meio e Passo da Pátria”. (SEMURB, 2007, p. 18-19).

Entretanto, não foram só essas contribuições do Plano Polidrelli à Natal. Ele transcendeu a mudanças físicas, afetando até mesmo a distribuição geográfica das varias camadas sociais, pois na área denominada de Cidade Nova surgia uma elite, ansiosa a ver as novas aparelhagens urbanas do local, enquanto, às margens do oceano Atlântico se montava um conjunto de favelas com pessoas expulsas de suas terras pelo estado. A população de Natal se organizava com características rudimentares da colônia, onde ricos e pobres conviviam nas mesmas ruas e bairros. Estava formada alí, a divisão de classes que se faz perceptível até os dias atuais em Natal.

Na década de 20, surgiu o primeiro esboço de sistematização da urbanização de Natal. Isto visto do ponto de vista do médico Januário Cicco, passava pela realização de obras que dotassem a cidade de um plano de saneamento e abastecimento de água (FAGUNDES, 2009). A cidade em expansão enfrentava problemas com o aumento expressivo da população e por esta razão foi criada em 1924 a Comissão de saneamento de Natal, a primeira iniciativa de intervenção planejada na elaboração e execução de um projeto específico para o saneamento e abastecimento de Natal. O engenheiro Henrique de Novaes foi o responsável pela elaboração do Plano Geral de Obras de Saneamento de Natal. Mais adiante, já no final da década de 20, o então prefeito Omar O’Grady, contratou o arquiteto

Giácomo Palumbo para desenvolver um plano de urbanização. Palumbo idealizou um plano que já olhava Natal com uma perspectiva futurista, pois projetava a cidade com uma população de cem mil habitantes, o que só ocorreu em 1950. Esta visão de futuro demonstra sensibilidade em fazer da cidade um lugar melhor de se viver. Além do Plano Geral de Sistematização, destacou-se a Lei nº. 04/1929. Essa Lei regulamentou as construções, o zoneamento da cidade e o arruamento, possibilitando, deste modo, o executivo municipal de fiscalizar a cidade com instrumentos legais.

O plano de expansão da capital do RN teve seu estopim na década de 1930, quando este foi marcado pelos movimentos políticos na cidade. Medeiros (2009) retrata que de um lado, movimentos sociais e também grupos de esquerda, de outro lado, setores conservadores da sociedade participavam. Neste período, governava o Rio Grande do Norte, o interventor Mário Leopoldo da Câmara, político aliado ao Presidente Getúlio Vargas. O objetivo de sua indicação foi de apaziguar os diversos grupos políticos da província, que eram liderados por José Augusto e Café Filho. O clima político, vivido na cidade, era então de conflito dos velhos caciques políticos ao mesmo tempo em que militantes comunistas preparavam um levante. Natal foi palco a revolta comunista de 1935, sendo governada pelos revolucionários por três dias. Neste contexto histórico que novas modificações ocorreram no aspecto urbano e um novo plano urbanístico foi proposto para a cidade. Tratava-se de um Plano de Obras que foi denominado de Plano de Expansão de Natal. O Plano Geral de Obras compreendia um anteprojeto de melhoramentos urbanos, com edifícios para o governo, aeroporto, bairro residencial e avenidas. Apesar de conter uma nova visão sobre o espaço urbano, não constituía, ainda, um planejamento urbanístico. O Plano Palumbo e o Plano de Expansão de Natal são intervenções urbanísticas e não ações que indiquem planejamento urbano. O que se verifica, desde Polidrelli, é uma evolução rumo a uma ação urbana planejada, ou seja, uma intervenção que projetasse a cidade para as futuras gerações.

A cidade, como espaço de vivência coletivo, configura-se através dos múltiplos ambientes que a compõe, como uma espécie de palco em que se estabelecem as muitas relações que envolvem a vida do indivíduo em sociedade. Para que esse espaço se desenvolva de forma equilibrada faz-se necessário uma série de medidas, geralmente implantadas pelo poder público, que visem a

adequada organização desse espaço. Sob forma de cobrança de tributos, para a construção da infraestrutura adequada, legislações, que definem desde o zoneamento da cidade até aspectos mais complexos, é assim que esse poder exerce sua função na organização do espaço urbano. A fim de se obter uma melhor qualidade de vida na cidade e conseqüentemente melhor harmonia entre os diversos setores inseridos nesse espaço, que surge um elemento bastante importante para o processo de transformação e planejamento de diversas intervenções no espaço urbano, o plano diretor. A respeito do plano diretor podemos dizer que o plano diretor é um conjunto de leis que, entre outras atribuições, define as regras de uso e ocupação do solo por meio da lei de zoneamento urbano (SPÓSITO, 2001). Por seu intermédio, a cidade é dividida em zonas onde o uso do solo deve obedecer a normas preestabelecidas (MOREIRA, 2002). Os planos diretores estendem suas ações para além do planejamento do uso do solo, suas discussões contemplam também questões relativas a serviços de saúde, habitação, meio ambiente e limpeza urbana.

É a partir da promulgação da constituição brasileira de 1988, que a elaboração dos planos diretores torna-se obrigatória para cidades com mais de 20 mil habitantes. Assim, Ribeiro (1997) diz: “[...] com os famosos artigos 182 e 183, acaba por dizer que a cidade cumprirá sua função social quando seu processo de produção for controlado pelo Estado, através do planejamento urbano”. Tais documentos são elaborados com a participação de vários profissionais de distintas áreas do conhecimento, são eles: arquitetos, geógrafos, geólogos, engenheiros entre outros. Suas funções consistem basicamente em fazer levantamentos técnicos que forneçam informações a cerca do funcionamento da cidade, para que a partir daí os planejamentos possam ser efetivados pelos meio políticos. Porém, é com a constituição de 1988, que um novo grupo será inserido na elaboração dos planos diretores – a população.

Em Natal, a preocupação com o ordenamento urbano não é tão recente, o primeiro Plano Diretor do Município de Natal foi desenvolvido em 1974, de acordo com Duarte (2006), tal plano contava com uma equipe de planejadores equipe exclusiva da prefeitura de Natal. E nessa época que se dá o início da verticalização a cidade e a construção da via costeira. Instituído na gestão de Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, de acordo com SEMURB (2007), o qual não apresentou medidas

significativas quanto ao ordenamento urbano da cidade. Entre as principais características pode-se citar que ele foi criado baseado no Plano Urbanístico de 1968 e abrangia além de questões socioeconômicas e administrativas, diretrizes sobre zoneamento baseadas no ordenamento de 68. Não houve, portanto nenhuma inovação do ponto de vista estrutural. Em 1984, Natal conhecia mais uma proposta o Plano Diretor de Organização Físico-Territorial do Município de Natal, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito Marcos Formiga. A lei procurou regulamentar a questão da ocupação do solo, de acordo com a SEMURB (2007), é nesse Plano que a Zona Norte insere-se nas diretrizes do zoneamento. Tal plano destacou-se pela intensa regulamentação referente ao uso do solo. Após as mudanças propostas pela constituição federal de 1988, a cerca do ordenamento urbano, a cidade de Natal, assim como outras cidades do país com mais de 20 mil habitantes, passou a contar, em sua legislação, com os planos diretores. Atualmente, após a promulgação da última carta magna o município conta com duas revisões: Plano Diretor de Natal (1994) e a mais recente o Plano Diretor do Município de Natal (2007).

O Plano Diretor de 1994, conforme nos afirma a SEMURB (2007), teve como principal característica a abertura para a participação popular no que tange às decisões para o ordenamento da cidade. Tal privilégio foi impulsionado primariamente pela Constituição Federal de 1988. Tal plano tinha o propósito de construir uma cidade sustentável cumprindo uma função social justa privilegiando aspectos referentes à qualidade de vida da população. No entanto, nesse plano, pouca foi modificada referente à estrutura segregacional adotada pelo antigo plano Polidrelli. Desenvolvido com a intenção de solucionar alguns pontos deficientes da estrutura da cidade, dentre os pontos de mudança propostos por esse plano pode-se citar a denominação de áreas ambientais, porém não havia delimitações em termos topográficos. Segundo Duarte (2006), um dos principais pontos abordados pelo documento discutia a questão do macrozoneamento da cidade. Institucionalizou-se a partir daí três grandes zonas para a cidade: a de adensamento básico, a adensável e a de proteção ambiental. Neste plano também não existia o gabarito máximo para toda a cidade. Salvo em caso de zonas especiais, como de interesse turístico, histórico, social ou ambiental. Após algumas discussões, iniciadas alguns anos antes, é em 2007, que Natal recebe a nova revisão do plano diretor. Vale salientar

que esse é instituído após a publicação do instituto da cidade. De acordo com SEMURB essa lei concretiza e gera instrumentos para que os governantes e gestores municipais possam intervir de fato nos processos de manejo, ocupação e uso do solo municipal. Através desse, é reafirmado o Plano Diretor como principal meio para gerir o crescimento e ordenamento físico das cidades. Entre as principais definições do novo plano destacam-se a regularização fundiária e a questão ambiental. As questões relativas ao macrozoneamento, controle de gabarito e proteção ambiental também foram redefinidas.

Natal, em seus mais de 400 anos de existência vem passando por um intenso processo de modificação urbana, principalmente e com mais vigor desde o início do século passado, por intensos desejos de ampliação e embelezamento da cidade. Entretanto, com sua ampliação, a cidade vê-se necessitada de planos que realmente visem sua estruturação e organização de forma eficiente, para uma comunidade que começa apresentar diferenciações sociais e de estrutura urbana, ligados aos setores turístico e econômico. Com essa preocupação, surgem os vários documentos até aqui apresentados, os quais culminam com o Plano Diretor da Cidade de Natal, o qual, surgido em 1974 e reformulado várias vezes, visa dar uma diretriz ao ordenamento da cidade, abrangendo desde aspectos urbanísticos até ambientais da mesma cidade. Entretanto, o alcance político dos planejamentos urbanos da cidade tem demonstrado que a mesma possui não somente abrangência físico-territorial, como também a nível social, no tocante a qualidade de vida da população e no processo de ocupação de áreas urbanas planejadas ou não. Áreas devolutas, anteriormente ocupadas por tribos indígenas e pela população geral têm sido, ao longo deste tempo, alvo de agressão ambiental e especulação imobiliária. Estudos mais aprofundados do tema têm demonstrado o Estado e os agentes promotores do espaço urbano, afigurados como proprietários de capital privado. Deste modo, com base bibliográfica e possíveis vivências na cidade até aqui estudada, pode-se compreender a gênese da atual estrutura urbana definida pela atuação dos construtores do espaço urbano bem como o papel que planejamento exerceu ao longo da história da cidade, refletido na aparelhagem urbana da cidade e na vida de seus habitantes

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As ações que serão desenvolvidas pelos órgãos envolvidos, são as mais variadas. Desde a coordenação das atividades, até início das obras propriamente ditas. Conforme citados nos apêndices A, B, C e D, as obras contarão com a participação atuante de esferas públicas, as quais garantiram o legado depois da conclusão. Os entrevistados, responsáveis por estes órgãos públicos, garantem que Natal passará por uma transformação positiva em termos de turismo cultural e histórico, agregando valor a toda a parte que será revitalizada.

A senhora Rute Maria Pinheiro, coordenadora operacional da SETUR (Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte), cita, por exemplo, as funções de sua pasta: “A SETUR já está trabalhando na elaboração dos projetos executivos de todas as edificações listadas, através de um convênio que havia sido firmado com o MTur, para a elaboração de um macroprojeto para a Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Natal, que encontra-se em fase de Projeto Básico, o que foi um dos motivos do RN ter conseguido incluir uma quantidade significativa de projetos, uma vez que os outros estados praticamente não tinham projetos em fase de elaboração”.

O Iphan, que tem o Sr. Onésimo Jeronimo Santos como superintendente do órgão no Rio Grande do Norte, tem como competência a coordenação geral dos projetos. Sua importância se dá, no exato momento em que todas as atividades pertinentes aos prédios e centros históricos passam pelo planejamento do Iphan. Ele foi bem enfático em afirmar que o Iphan funciona como o “cérebro” do PAC Cidades Históricas em Natal.

Um órgão que vai estar conjunto com o Iphan será a SEMURB, que pertence à pasta municipal de governo. A Sr.^a Ana Teresa de Souza, chefe do Setor de Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da SEMURB, destaca justamente essa integração: “A Semurb tem a responsabilidade de gerir todo o processo de contratação de projetos e execução de obras para cada prédio que receberá os recursos oriundos do PAC – através do IPHAN”. Ainda de acordo com a mesma, o trabalho está sendo desenvolvido desde a sua concepção até a entrega da obra propriamente dita. As entrevistas na íntegra encontram-se em anexo, como inicialmente falado, nos apêndices A, B, C e

Os principais entraves citados pelos entrevistados foram a falta de profissionais capacitados para atuarem em meio ao público e, principalmente, nas áreas onde o corredor histórico irá ser revitalizado. Na parte do planejamento e na execução das obras, como se fala “nos bastidores”, também foi destacado esse ônus, conforme cita o Senhor Onésimo, Superintendente do Iphan: “O principal fator de entrave é a falta de pessoal especializado, tanto na atuação em campo, quanto nos bastidores do planejamento. A liberação para início das obras também é um grande entrave, essa liberação depende da agilidade e do conhecimento do pessoal que está à frente de cada setor especializado”.

Esta análise fica bem sucinta e direta quando entrevistamos alguém da área do turismo. O Senhor André Gurgel, Turismólogo e Guia de Turismo acredita que somente o governo pode desenvolver esse tipo de turismo. Fazendo captação com outros públicos, já que o natalense não tem costume e motivação para fazer este tipo de turismo. Poder ia-se buscar outro público-alvo para movimentação do corredor histórico/cultural.

Em contrapartida os órgãos públicos acreditam na nova fase da capital potiguar, após a implantação do PAC Cidades Históricas. A Sr.^a Rute Pinheiro da SETUR fala sobre: “As perspectivas que vislumbramos é o incremento do Turismo, com a diversificação das opções. Seguramente, haverá uma maior diversidade de roteiros, informações estas repassadas pelas próprias empresas de receptivos durante reunião sobre o projeto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Natal, devido à criação de um verdadeiro museu a céu aberto na área histórica da cidade, bem como a acessibilidade e a presença de uma âncora de apoio aos turistas na Capitania das Artes”.

4.1 Prédios históricos e objetos de intervenção do PAC.

1 – Forte dos Reis Magos.



Fonte: Portal da Prefeitura do Natal (2013)

Um dos nossos principais cartões postais, passará por uma revitalização que trará uma nova cara para o Forte. Está previsto uma grandiosa obra de mobilidade urbana que envolverá também o novo terminal de passageiros e cargas do Porto de Natal, a nova Marina que será construída onde hoje localiza-se o late Clube do Natal, o Museu Da Rampa em Santos Reis e o bairro da Ribeira. De acordo com o Iphan, um VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) será construído para fazer a conexão entre os passageiros que desembarcarem em Natal, no porto, com estes pontos turísticos. O plano é fazer com o que a cidade ganhe um novo aparelho turístico, fazendo com o que tanto o novo transporte urbano, o VLT, quanto os novos cartões postais natalenses ganhem notoriedade entre os turistas e os potiguares.

2 – Casarão do Antigo Arquivo Diocesano de Natal.



Fonte: Portal da Prefeitura do Natal (2013)

O Casarão tem um marco importante na história de fundação e também da evolução urbana de Natal. Foi tombado em 2010 pelo Iphan, onde teve uma breve revitalização em sua estrutura interna e externa. Com a reforma do PAC Cidades Históricas, o prédio irá abrigar um memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte com arquivos históricos da casa legislativa.

3 – Teatro Alberto Maranhão



Fonte: Portal da Prefeitura do Natal (2013)

Grande referência histórica e cultural da cidade do Natal, o Teatro Alberto Maranhão irá integrar um arrojado e importante projeto turístico. De acordo com o Iphan, um VLT será construído em Natal e conseguirá transportar os turistas desde o novo terminal de passageiros e cargas do porto de Natal, até o próprio monumento localizado no bairro da Ribeira. Dentro do trajeto ainda estão presentes o Forte dos Reis Magos e o Novo Museu da Rampa.

Outro ponto importante será a revitalização de sua Escola de Danças, a EDTAM. A revitalização do prédio que também se localiza no bairro da Ribeira, dará uma cara nova e será de suma importância para os membros do corpo de baile.

4 – Grupo Escolar Augusto Severo



Fonte: Portal da Prefeitura do Natal (2013)

O conservador e histórico Grupo Escolar é um dos prédios que mais precisarão das reformas previstas. A revitalização trará consigo a devida importância arquitetônica que este marco da educação no RN merece, além de poder dar um conceito turístico para este casarão.

5 – Secretaria Municipal de Tributação



Fonte: Portal da Prefeitura do Natal (2013)

O prédio da Secretaria Municipal de Tributação – SEMUT – será um dos órgãos do município contemplados com os investimentos do PAC Cidades Históricas. Sua importância arquitetônica deu o direito de ser revitalizados.

6 – Palácio Felipe Camarão



Fonte: Portal da Prefeitura do Natal (2013)

A sede do governo municipal, caracterizada pela sua beleza em cores e arquitetura, integralizará o PAC Cidades Históricas com sua importância. Fará parte também do projeto do VLT e seu corredor turístico. Uma das grandes obras de revitalização deste programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que a Reabilitação do Centro Histórico de Natal que o PAC viabilizará sirva de alavanca para um efeito cascata de valorização e utilização deste espaço urbano ainda muito pouco frequentado, tanto pela população local como pelos visitantes, fortalecendo o turismo cultural na cidade e o bem estar de seus habitantes.

O que é visto hoje pelo turista e pelo cidadão natalense, será amplamente melhorado com características da cidade do Natal. Irão ser feitos os restauros e revitalizações que darão mais vida a capital dos potiguares. Espera-se assim que esta sofisticação que está a caminho, venha realmente integrar um turismo que tem tudo para crescer ainda mais em Natal.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como finalidade realmente mostrar que Natal possui uma cultura e história marcantes não só para que os conterrâneos conheçam, mas também àqueles que vêm de fora e que desfrutam do “sol e praia” característicos de nossas praias famosas. A finalidade realmente é esta, despertar e alavancar ainda mais o turismo histórico/cultural em nossa cidade, entrando em parcerias com governos e iniciativas privadas, determinando um novo rumo para que todos possam ganhar com a implantação de um projeto tão grandioso como é o PAC Cidades Históricas.

Referências

AMARAL, P.D.A. **Estudando o Centro Histórico de Natal (RN) e suas possibilidades para o turismo**. São Paulo: Revista Brasileira de Ecoturismo, 2013.

BATISTA, Cláudio Magalhães. **Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural**. Rio de Janeiro: Caderno Virtual, 2005.

BECKER, Bertha K. **Políticas e planejamento do turismo**. Rio de Janeiro: Caderno Virtual, 2001.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

FURTADO, Edna Maria. **O Turismo no espaço urbano de Natal/RN: Das primeiras iniciativas a intensificação da atividade**. Goiânia: Ateliê Geográfico, Revista Eletrônica, 2007.

Mathieson, A., e Wall, G., apud COSTA, Carlos. **Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)**. Lisboa: Análise Social, 2005.

Middleton, V. T. C., McIntosh, R. W., e Goeldner, C. R., MacCannell, D., COSTA, Carlos. **Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)**. Lisboa: Análise Social, 2005.

MOLLETA, Vânia Florentino, apud BATISTA, Cláudio Magalhães. **Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural**. Rio de Janeiro: Caderno Virtual, 2005.

Middleton, V. T. C., McIntosh, R. W., e Goeldner, C. R., MacCannell, D., COSTA, Carlos. **Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)**. Lisboa: Análise Social, 2005.

Murphy, P.E., apud COSTA, Carlos. **Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)**. Lisboa: Análise Social, 2005.

SANTOS, Francimário V. dos Santos. **Trajetória, descentralização e aproximação: as políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial no âmbito do plano de ação para as cidades históricas – PAC/CH**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

SILVA, F.H. **Estudando o Centro Histórico de Natal (RN) e suas possibilidades para o turismo**. São Paulo: Revista Brasileira de Ecoturismo, 2013.

Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural - IPHAN. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 de out. de 2013.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO

APÊNDICE A.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS DIRECIONADO AOS GESTORES PÚBLICOS

ENTREVISTA COM:

- 1) Como o senhor(a) avalia o implemento do PAC Cidades Históricas na cidade do Natal?**

- 2) Quais os prédios que serão contemplados com as ações do PAC Cidades Históricas?**

- 3) O cronograma das ações contempladas pelo PAC Cidades Históricas, vêm sendo cumprido pelos órgãos responsáveis?**

- 4) Quais responsabilidades tem o órgão/empresa que o senhor representa no processo de planejamento ou apoio à implementação do PAC Cidades Históricas? E como esta entidade tem trabalhado nesse sentido?**

- 5) O senhor acredita que Natal pode avançar, como destino, para um Turismo Histórico/Cultural? Ou melhor, mediante as ações do PAC, como a cidade ficaria caracterizada em sua opinião? Desmistificaria a ideia de, somente, “Sol e Praia”?**

- 6) Quais as vantagens que Natal oferece para se implementar esse programa, o senhor acredita que a história e a cultura da cidade são pontos fortes a serem explorados?**

- 7) Quais as maiores barreiras e dificuldades encontradas no processo de planejamento, execução e implementação do PAC Cidades Históricas? Ou mesmo as barreiras que o senhor identifica, na cidade, para tal?
- 8) Quanto as parcerias realizadas para a implementação do PAC Cidades Históricas, entre instituições privadas e públicas, na sua opinião deveriam ser mais frequentes para alcançar os objetivos traçados?
- 9) O senhor acredita que pode haver outras parcerias entre poder público, iniciativa privada e terceiro setor, com a finalidade de revitalizações de prédios e monumentos históricos, como vem ocorrendo com o PAC Cidades Históricas?
- 10) Quais as previsões e perspectivas de futuro para a cidade, após a implementação do PAC Cidades Históricas? Na sua opinião, a cidade poderá ampliar as opções de lazer tanto para seus habitantes quanto seus visitantes?
- 11) Espaço aberto para considerações finais. Alguma sugestão ou algo a mais que o senhor queira deixar como mensagem.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO

APÊNDICE B.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS DIRECIONADO AO PROFISSIONAL QUE ATUA NA ÁREA DO TURISMO (GUIA DE TURISMO)

ENTREVISTA COM:

- 1) Como o senhor(a) avalia o implemento do PAC Cidades Históricas na cidade do Natal?**

- 2) Na opinião do senhor quais as perspectivas de valorização do Centro Histórico de Natal, para que possa ser ainda mais explorado, após as ações do PAC Cidades Históricas?**

- 3) Qual o cenário atual do turismo que é feito no Centro Histórico de Natal?**

- 4) Quais responsabilidades tem o órgão/empresa que o(a) senhor(a) representa no processo de utilização daquele corredor turístico? Esta importância contribui de forma acentuada para uma maior diversificação da oferta turística natalense?**

- 5) O(a) senhor(a) acredita que Natal pode avançar, como destino, para um Turismo Histórico/Cultural? Ou melhor, mediante as ações do PAC, como a cidade ficaria caracterizada em sua opinião? Desmistificaria a ideia de, somente, “Sol e Mar”?**

6) Quais as vantagens que Natal oferece para se implementar esse programa, o senhor acredita que a história e a cultura da cidade são pontos fortes a serem explorados?

7) Quais as maiores barreiras e dificuldades encontradas no processo de exploração do turismo histórico/cultural em Natal?

8) Quanto a parcerias que poderiam ser realizadas para difundir ainda mais esta vertente turística, o senhor acredita que potencializaria mais o Turismo? Baseado nisso, o senhor acredita que a população local e os turistas se interessariam pelo assunto, caso a mídia estivesse mais atenta a este assunto?

9) O que o(a) senhor(a) acredita que falta para que haja uma consolidação de mais atividades semelhantes ou igual em Natal, no quesito do turismo histórico/cultural?

10) Quais as previsões e perspectivas de futuro para a cidade, após a implementação do PAC Cidades Históricas? Na sua opinião, haverá mais diversidade de roteiros para que o turista possa contemplar a cidade?